



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Coordenadoria de Licitação

**Processo nº**  
**20852/2026**

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.0016/2026**

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá procedimento licitatório destinado à contratação do objeto abaixo descrito, observadas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

<b>OBJETO</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
<b>MODALIDADE</b>	PREGÃO ELETRÔNICO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	MENOR PREÇO
<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
<b>CUSTO TOTAL ESTIMADO</b>	R\$ 68.328,00
<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	SIM
<b>REGISTRO DE PREÇOS</b>	NÃO
<b>LOCAL DA SESSÃO</b>	<a href="https://www.gov.br/compras/">https://www.gov.br/compras/</a> UASG: 925125
<b>ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS</b>	INÍCIO: 24/06/2026 FIM: MOMENTO DE ABERTURA DA SESSÃO
<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	14/07/2026 ÀS 10:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)



- a) É indispensável que, previamente ao envio de eventuais questionamentos, o interessado consolide a leitura plena do edital e seus anexos.
- b) A cópia do edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados nos endereços <https://www.gov.br/compras/> e [http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=licitacoes](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=licitacoes)
- c) Toda comunicação deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.0016/2026**

O **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA**, torna público, para ciência dos interessados, que, às **10h00 (horário de Brasília)**, do dia **14 de julho de 2026**, na Sala da Coordenadoria de Licitação, situada na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP 65.010-190, e por meio do sítio eletrônico **[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**, realizará **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço Global (GRUPO)**, regida pelas disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e demais legislações aplicadas à matéria, naquilo que não contrarie este edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, conforme especificações, quantidades e demais condições estabelecidas nos Anexos I (Estudo Técnico Preliminar - ETP) e II (Termo de Referência - TR), que integram este edital para todos os fins e efeitos legais.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descrito no Portal de Compras do Governo Federal e aquelas descritas neste edital e em seus anexos, prevalecerão as disposições deste edital.

**2. DO PREÇO MÁXIMO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. O preço máximo global deste certame, correspondente ao período de vigência contratual de 12 (doze) meses, é estimado em R\$ 68.328,00, sendo o valor máximo mensal estabelecido em R\$ 5.694,00, conforme pesquisa de mercado (DESPACHO-CMEP – 742026).

<b>Grupo 1</b>				
<b>Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde gerados nas unidades de São Luís – MA, com o armazenamento dos resíduos por meio de bombonas, as quais serão cedidas por comodato pela contratada</b>				
<b>It e m [A ]</b>	<b>Descrição [B]</b>	<b>Quantidade mensal [C]</b>	<b>Valor unitário mensal [D]</b>	<b>Valor anual estimado [E]</b>
1	Serviços de coleta e transporte, tratamento e disposição final dos resíduos hospitalares infectantes originados do Setor	01	<b>R\$ 4.760,70</b>	<b>R\$ 57.128,40</b>

	de Saúde do PJMA, gerados nas unidades localizadas na cidade de São Luís – MA: Coordenadoria de Saúde (COSAÚDE) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), da Divisão Odontológica do TJMA, da Casa da Criança “Menino Jesus”, Setor Médico e Odontológico do Fórum Desembargador Sarney Costa e do Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa.			
<p align="center"><b>Grupo 2</b></p> <p align="center"><b>Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde gerados na unidade de Imperatriz – MA, com o armazenamento dos resíduos por meio de bombonas, as quais serão cedidas por comodato pela contratada.</b></p>				
2	Serviços de coleta e transporte, tratamento e disposição final dos resíduos hospitalares infectantes originados do Setor de Saúde do PJMA, gerados nas unidades localizadas na cidade de Imperatriz – MA: Setor Médico do Fórum da Comarca de Imperatriz.	01	R\$ 933,30	R\$ 11.199,60

2.2. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da dotação orçamentária do FERJ, do exercício de 2026, conforme DESPACHO-CO-968/2026.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.1.1. Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se previamente sobre o funcionamento e o regulamento do sistema.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo quaisquer transações realizadas diretamente ou por seu representante. O provedor do sistema e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, à época da licitação, impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, em razão de sanção aplicada.

3.2.1.1. O impedimento referido no subitem anterior estende-se àquela que atue em substituição à pessoa física ou jurídica sancionada, com o intuito de burlar a sanção, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

3.2.2. Aquela que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dessas pessoas

3.2.3. Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante responsável pelo presente processo licitatório.

3.2.3.1. A vedação do subitem anterior estende-se a terceiros que auxiliem na condução da licitação ou contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, ou funcionário ou representante de empresa prestadora de assessoria técnica.

3.2.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo simultaneamente.

3.2.5. Pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente com trânsito em julgado por:

- a) exploração de trabalho infantil;
- b) submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo; ou

c) contratação de adolescentes em situações vedadas pela legislação trabalhista.

3.2.6. Empresa que possua, em seus quadros funcionais, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, assessoramento, de membros ou de juízes vinculados ao TJMA, nos termos dos arts. 1º, 2º, inciso VI, e 3º da Resolução nº 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

3.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa física ou jurídica.

3.4. Fica vedada a participação de empresa que não explore atividade compatível com o objeto desta licitação;

3.5. É vedada a participação simultânea de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, quando devidamente comprovado que atuam sob direção, controle ou administração comum, ou que representem interesse econômico convergente, caracterizando atuação coordenada e potencial prejuízo à competitividade.

3.6. Para participar do certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital e de seus anexos.

3.7. Ao participar deste processo licitatório, o representante legal do licitante, titular de dados pessoais, declara ciência de que, para a execução do objeto desta licitação, o TJMA poderá ter acesso a seus dados pessoais (tais como número de documentos, endereço eletrônico e cópias de identificação), os quais serão tratados pela Administração conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018, art. 7º, inciso II).

#### **4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

4.1. A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

4.2. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total dos itens;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos Previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no termo de referência (Anexo II);

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.7. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. A obtenção do benefício a que se refere os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a

receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.8.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, caso contratado, será o responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa e empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n. 123/2006 em razão da presente contratação.

4.8.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, se optante do Simples Nacional, poderá participar do presente certame, desde que não utilize os benefícios tributários do referido regime tributário. Caso seja declarada vencedora da licitação, deverá solicitar a exclusão do referido regime, a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, II, da Lei Complementar n.123/2006.

4.9. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3 da Lei Complementar n. 123/2006 sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

4.10. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.11. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

#### **4.14. Da Vistoria**

4.14.1. A licitante deverá realizar vistoria técnica nos locais de armazenamento (abrigos temporários e externos) indicados no Termo de Referência, na fase entre a publicação do edital e a data de apresentação da proposta.

4.14.2. Após a realização da vistoria técnica, a licitante deverá emitir o Atestado de Visita Técnica, devidamente assinado por seu representante. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar uma Declaração de Pleno Conhecimento das Condições e Riscos, na qual declara possuir pleno conhecimento da natureza e complexidade dos serviços, bem como das condições físicas e operacionais das unidades de saúde do PJMA.

4.14.3. O Atestado de Visita Técnica ou a Declaração de Pleno Conhecimento das Condições e Riscos deverá ser incluído como documento integrante da proposta de preços, a ser enviado durante a fase de habilitação ou quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sob pena de desclassificação por descumprimento de requisito técnico-operacional.

4.14.4. A apresentação de qualquer uma das declarações acima implica a aceitação integral dos riscos decorrentes das condições locais, renunciando a licitante a qualquer alegação posterior de desconhecimento de dificuldades técnicas ou estruturais que possam impactar na composição de seus preços ou na exequibilidade da execução contratual.

4.14.5. O agendamento da vistoria técnica deverá ser realizado com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis junto às unidades de saúde competentes, via e-mail ou sistema oficial, cabendo ao TJMA garantir o livre acesso dos representantes das licitantes às áreas restritas de armazenamento de resíduos.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente, em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente por meio de troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 Compete à licitante acompanhar todas as operações realizadas no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, sendo inteiramente responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de eventual desconexão, bem como pela comunicação imediata ao provedor do sistema acerca de qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança das informações.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e dos valores consignados no registro de cada lance.

**6.2 Os lances deverão ser ofertados pelos valores unitários dos itens, conforme coluna “E” do item 2.1.**

6.3 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3.1 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no prazo de até 15 (quinze) segundos após o respectivo registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.4 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.5 Os lances apresentados e considerados para fins de julgamento serão de exclusiva e integral responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, mediante justificativa, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7 Na hipótese de desconexão do Pregoeiro durante a etapa de lances, permanecendo o sistema eletrônico acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos já praticados.

6.8 Caso a desconexão do Pregoeiro persista por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa, sendo reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação expressa às participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

6.9 Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme disposto no art. 24 da IN SEGES-ME nº 73/2022.

6.9.1. A etapa aberta da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Encerrado esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, após o que transcorrerá período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ **0,50 (cinquenta centavos).**

6.10.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 7.9.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.2. Na fase prevista no subitem anterior, o licitante poderá optar por manter o último lance da etapa aberta ou por ofertar lance de valor inferior.

6.10.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições previstas no subitem 6.10.1, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, apresentar lance final e fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, igualmente sigiloso.

6.11. Encerrados os prazos previstos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de valores.

6.12. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.13. Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, encerrada a etapa de lances, será realizada verificação automática, junto à Receita Federal do Brasil, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará, em campo próprio, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, quando esta for empresa de maior porte, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.13.1 As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.13.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada terá o direito de apresentar última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado da comunicação automática do sistema.

6.13.3 Na hipótese de desistência ou inércia da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as demais, na ordem de classificação, que se encontrem no intervalo previsto no subitem 6.13.1, para o exercício do mesmo direito.

6.13.4 Havendo equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas nas hipóteses anteriores, será realizado sorteio, para identificação daquela que terá prioridade para apresentação da melhor oferta.

6.14 Havendo empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate observará, obrigatoriamente, a ordem de preferência estabelecida no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.14.1 Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será realizado sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes empatados serão devidamente convocados, vedada a utilização de qualquer outro critério de desempate, nos termos da IN SEGES nº 79/2024.

## **7. DA NEGOCIAÇÃO**

7.1. Na hipótese de a proposta da licitante classificada em primeiro lugar permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Caso a licitante classificada em primeiro lugar, mesmo após a negociação, seja desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo admitido, a negociação poderá ser realizada com as demais licitantes, observada rigorosamente a ordem de classificação.

7.3. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, em observância aos princípios da transparência e da publicidade.

7.4. Concluída a negociação, o respectivo resultado será divulgado a todas as licitantes e formalmente juntado aos autos do processo licitatório.

7.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro procederá à verificação das condições de participação e de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante consultas aos sistemas e cadastros oficiais pertinentes, dentre eles o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de

Empresas Punidas – CNEP, sem prejuízo de outras verificações previstas neste Edital e na legislação vigente.

7.5.1. As consultas aos cadastros referidos no subitem anterior serão realizadas em nome da pessoa jurídica licitante e, quando aplicável, em relação aos seus sócios ou administradores, para fins de verificação de eventual sanção impeditiva de contratar com o Poder Público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e da legislação correlata.

## **8. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

8.1. O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de 02 (duas) horas, encaminhe, por meio do sistema eletrônico, a proposta final ajustada ao último lance ofertado, após a negociação, acompanhada, quando cabível, dos documentos complementares previstos neste Edital.

8.1.1. A proposta deverá conter, no mínimo, a identificação completa da proponente, incluindo: razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefones, endereço eletrônico (e-mail), dados bancários, representante legal e regime de tributação.

8.1.3. Na recomposição final da proposta, os valores não poderão ultrapassar os preços máximos fixados neste Edital, tampouco poderão ser majorados os valores originalmente consignados na proposta apresentada na fase de lances.

8.1.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, tais como salários, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais, lucros, insumos, materiais, equipamentos e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários à execução do objeto.

8.1.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo previsto no item 9.1, mediante solicitação fundamentada da licitante, formulada no chat do sistema eletrônico antes do encerramento do prazo originalmente fixado.

8.1.5.1. O não envio da proposta final ajustada no prazo estabelecido implicará a desclassificação da licitante, com a consequente perda do direito à classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, podendo o Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para prosseguimento do certame.

8.2. No mesmo prazo previsto no item 9.1, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos complementares, quando aplicáveis:

a) Declaração de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, como requisito para a celebração do contrato;

b) Declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade, conforme previsto no Termo de Referência e na legislação aplicável.

8.3. A proposta de preços, as declarações e os demais documentos deverão ser assinados por meio de assinatura eletrônica, assinatura digital ou certificado digital, em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

## **9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

9.1 O critério de julgamento da presente licitação será o menor preço global, observado o seguinte:

9.1.1. Na hipótese de divergência entre os valores unitários e o valor global do grupo, prevalecerá o valor global, desde que comprovada a exequibilidade da proposta, cabendo à licitante proceder aos ajustes necessários, sem majoração do preço global ofertado.

9.2 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1 Erros no preenchimento da planilha de custos não constituem, por si só, motivo para desclassificação, podendo a planilha ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço global e reste comprovada a exequibilidade da proposta.

9.3 O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da unidade requisitante, de área especializada no objeto, de servidores do quadro deste Tribunal ou de terceiros tecnicamente habilitados, para subsidiar suas decisões, indicando expressamente o dispositivo do edital e os elementos objeto de dúvida.

9.4 Será desclassificada a proposta:

a) apresentada por licitante impedida de participar do certame;

b) que contenha vantagem não prevista neste Edital ou preços baseados nas propostas de outras licitantes;

- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando comprovada a renúncia à remuneração de materiais ou instalações de propriedade da licitante;
- d) com preços superiores aos valores máximos fixados neste Edital, manifestamente inexequíveis ou cuja exequibilidade não tenha sido demonstrada, quando exigido;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições estabelecidas neste Edital;
- f) que, após diligência, não seja corrigida ou devidamente justificada;
- g) que contenha vício insanável.

9.5 Para bens e serviços em geral, constitui indício de inexequibilidade a apresentação de proposta com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

9.5.1 O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante a comprovação documental da viabilidade econômica.

9.6. Na hipótese de desclassificação da proposta melhor classificada, será examinada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, podendo o Pregoeiro promover negociação para obtenção de melhores condições, nos termos do Edital e da legislação vigente.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação exclusivamente do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 Os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, quando não contemplados no SICAF, bem como a documentação relativa à qualificação econômico-financeira e técnica, além de outras condições eventualmente previstas neste Edital, deverão ser encaminhados por meio da funcionalidade “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo Pregoeiro.

10.3 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, prorrogável por igual período.

10.3.1 A prorrogação do prazo somente poderá ocorrer:

I – mediante solicitação fundamentada da licitante, apresentada antes do término do prazo; ou

II – de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo inicialmente fixado não é suficiente para a adequada verificação da conformidade da documentação.

10.4 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, destinada a:

I – esclarecer ou complementar informações relativas a documentos já apresentados;

II – apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

III – atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.5 Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, até que seja apurada licitante habilitada, nos termos deste Edital.

10.6. Será exigida das licitantes a documentação descrita a seguir para fins de habilitação:

#### **10.7.1. Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA**

I – Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou

III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **10.7.2. Quanto à HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, compatível com o objeto da contratação;

II – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

III – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

V – Prova de regularidade perante o FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;

VII – Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

VIII – Caso a licitante seja isenta de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante declaração da autoridade fazendária competente ou outro documento equivalente, na forma da lei.

#### **10.7.3. Quanto à HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade, ou, na ausência deste, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias;

I.1 – Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá comprovar o acolhimento ou homologação do plano, conforme o caso;

II – Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

II.1 – Os demonstrativos deverão estar assinados por contador legalmente habilitado e registrado no CRC;

Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I - Publicados em Diário Oficial ou;

II - Publicados em jornal de grande circulação ou;

III - Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;

IV - Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN n.º 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos termos de abertura e de encerramento.

II.2 – Para empresas constituídas no exercício social vigente, admite-se a apresentação das demonstrações contábeis relativas ao período de existência da sociedade;

III – Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), dos 2 últimos exercícios sociais, superior a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pela licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Os indicadores previstos serão calculados por exercício, de forma que serão verificados 2 (dois) conjuntos de indicadores, 1 (um) para cada exercício social a que se referirem as demonstrações contábeis.

IV – Comprovação, referente ao último exercício apresentado, de:

a) Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor anual da proposta inicial.

#### **10.7.4. Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

##### **10.7.4.1. Qualificação Técnico-Operacional**

I – Apresentação de um ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto, correspondentes a, no mínimo, 30% do quantitativo previsto para a prestação do serviço, por um prazo mínimo de 01 (um) ano;

- a) Será admitido o somatório de atestados, vedada a contagem em duplicidade de períodos concomitantes;
- b) Os atestados deverão se referir a serviços compatíveis com a atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme seu ato constitutivo;
- c) Serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou da filial;
- d) Para fins de comprovação da experiência, poderão ser aceitos, **mediante diligência do Pregoeiro**, outros documentos idôneos, tais como cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou documentos equivalentes;
- e) Atestados emitidos por entidades estrangeiras deverão estar acompanhados de tradução para o português.

##### **10.7.4.2. Capacidade técnica específica:**

I - Licença de Operação (LO), válida, emitida pelo órgão ambiental competente, em nome da proponente, que autorize as **atividades de coleta e transporte de resíduos perigosos**, nos termos da Resolução do CONAMA nº 237/1997;

a) Caso a Licença de Operação (LO) esteja fora da validade, será exigida a comprovação de requerimento de renovação da licença respeitando o prazo de antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (conforme § 4 Art. 18 da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997).

II - Licença de Operação (LO), válida, expedida pelo órgão competente, em nome da proponente, que contemple **o tratamento e destinação final de resíduos de serviços**

**de saúde**, nos termos das Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e CONAMA nº 358/2005;

a) Caso a Licença de Operação (LO) esteja fora da validade, será exigida a comprovação de requerimento de renovação da licença respeitando o prazo de antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (conforme § 4 Art. 18 da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997).

III - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) da empresa, que contemple as atividades objeto desta contratação, de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 13/2021 do IBAMA;

IV - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), do responsável técnico, junto ao IBAMA, conforme disposto na Instrução Normativa nº 12/2021 do IBAMA;

V – Alvará de Funcionamento;

VI – Alvará Sanitário – emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

VII – Comprovante de Cadastro no SINIR;

#### 10.7.4.3. Qualificação técnico-profissional:

I – Certidão ou inscrição de registro da empresa junto ao Conselho de Classe Profissional que possua competência legal sobre a atividade principal do objeto (Conselho Regional de Engenharia - CREA, Conselho Regional de Química - CRQ ou outro conselho profissional que possua competência legal para fiscalizar atividades de gestão e tratamento de resíduos de serviços de saúde), em plena validade.

II - Declaração de Disponibilidade de Responsável Técnico: A licitante deverá apresentar declaração formal de que disponibilizará para a execução do objeto, no momento da assinatura do contrato, no mínimo, 01 (um) Responsável Técnico de nível superior, devidamente registrado no conselho de classe competente (CREA, CRQ ou outro com atribuição legal), com jurisdição no local da prestação de serviço e atribuições para o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

a) A comprovação do vínculo profissional entre a licitante e o Responsável Técnico indicado deverá ser apresentada após a fase de lances, pelo licitante classificado em primeiro lugar, quando solicitado pelo Agente de Contratação, podendo ser feita mediante:

1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
2. Contrato de prestação de serviços (autônomo), sem necessidade de exclusividade;
3. Contrato Social ou Ata de Eleição (no caso de sócio ou dirigente);
4. Declaração de contratação futura, assinada por ambas as partes.

#### **10.7.5. DECLARAÇÕES:**

##### **10.7.5.1. Declaração de Conhecimento das Condições da Contratação**

10.7.5.1.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.7.5.1.2. A declaração prevista no item anterior poderá ser substituída por declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.7.5.2. Declaração de Disponibilidade de Frota: Declaração formal de que a licitante possui, ou possuirá até a data de início da execução contratual, veículos adequados para coleta e transporte externo de resíduos perigosos, os quais deverão apresentar os respectivos Certificados de Inspeção Veicular (CIV) válidos, em conformidade com a Portaria nº 127/2022 do INMETRO.

a) A comprovação física dos CIVs deverá ser apresentada após a fase de lances, pelo licitante classificado em primeiro lugar, quando solicitado pelo Agente de Contratação.

10.7.5.3. Declaração de Capacidade de Equipe Operacional: Declaração de que a licitante disponibilizará, para a execução do contrato, motoristas devidamente qualificados, que atendam aos seguintes requisitos: Habilitação compatível (Categorias C, D ou E) com o tipo e peso do veículo utilizado, idade mínima de 21 anos, certificação em curso MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) atualizado e averbado na CNH, CNH em situação de plena validade (não suspensa ou cassada) e vínculo profissional regular.

a) A comprovação do vínculo profissional entre a licitante e os motoristas indicados deverá ser apresentada após a fase de lances, pelo licitante classificado em primeiro lugar, quando solicitado pelo Agente de Contratação, podendo ser feita mediante:

1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
2. Contrato de prestação de serviços;
3. Declaração de contratação futura, assinada por ambas as partes.

#### **10.7.5.4. Declaração de Sustentabilidade**

10.7.5.4.1. A empresa deverá apresentar declaração de compromisso de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, conforme descritos no item 20 do Termo de Referência.

### **10.8. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**10.8.1.** O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

### **10.9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

**10.9.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer tempo, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

**10.9.2.** Os originais ou cópias autenticadas, caso solicitados, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Licitação, no endereço: Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP 65.010-190.

### **10.10. DA IDENTIFICAÇÃO E TITULARIDADE DOS DOCUMENTOS**

10.10.1. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

10.10.2. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

### **10.11. DAS DILIGÊNCIAS**

10.11.1. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição

ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, destinada a:

I – complementar informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

## **10.12. DO SANEAMENTO DE ERROS OU FALHAS**

10.12.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **10.13. DA VALIDADE DAS CERTIDÕES**

10.13.1. As certidões que não apresentarem prazo de validade expresso serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

10.13.2. As certidões que possuírem prazo de validade expresso e que estiverem válidas na data da sessão pública do certame, mas que venham a expirar no curso da análise da habilitação, poderão ser atualizadas mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.13.3. A atualização de que trata o item anterior não será considerada apresentação de novo documento, desde que se refira à manutenção da situação jurídica existente na data de abertura do certame.

10.13.4. Caso o licitante, devidamente intimado, não apresente a certidão atualizada no prazo estabelecido pela Administração, será inabilitado, por descumprimento da exigência de habilitação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Qualquer licitante poderá, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, no prazo de 10 (dez) minutos.

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação registrada no sistema eletrônico.

11.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, querendo, apresentar contrarrazões, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso.

11.4. Será assegurado aos licitantes o acesso aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, na forma da legislação vigente.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados, observados os princípios da legalidade, da economicidade e do interesse público.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. A adjudicação e homologação deste Pregão compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o procedimento licitatório;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- c) solicitar a própria desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra, quando exigida;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a legislação aplicável;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato licitado.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão ao qual pertença o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência da prática das infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como das infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o responsável às penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução-GP nº 83/2024 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

13.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará os fatos e circunstâncias e intimará o licitante ou adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa escrita e indicar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior, que deverá decidir no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do pedido.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou à decisão recorrida, até a prolação da decisão final pela autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, em qualquer hipótese.

## **14. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

14.1. O tratamento de dados pessoais realizados no âmbito deste certame observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como as diretrizes e normas internas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em especial aquelas previstas no Anexo I da Portaria GP nº 224/2024 – TJMA.

## **15. GARANTIA CONTRATUAL**

15.1. Será exigida garantia contratual, nos termos do item 17 do Termo de Referência e da Cláusula 15 da Minuta de Contrato, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

## **16. DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

16.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, a Administração tomará todas as providências para a assinatura do Termo de Contrato, salvo se entender ser viável a sua substituição pela Nota de Empenho, observando as hipóteses elencadas no Art. 95, II da Lei nº 14.133/2021;

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

16.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

16.4. A Contratada vincula-se integralmente à sua proposta, bem como às disposições contidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e em seus anexos, os quais passam a integrar o contrato, independentemente de transcrição.

16.5. O prazo de vigência da contratação será aquele estabelecido no Termo de Referência, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

16.7. É de inteira responsabilidade da Contratada a manutenção e a verificação periódica de seu endereço eletrônico, para fins de acompanhamento das comunicações expedidas pelo TJMA relativas ao Pregão Eletrônico, à execução contratual e a outros atos administrativos.

16.7.1. As comunicações encaminhadas ao endereço eletrônico informado pela Contratada serão consideradas válidas e eficazes, presumindo-se recebidas 2 (dois) dias após o envio, iniciando-se a contagem de prazos no primeiro dia útil subsequente.

## **17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

17.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br), até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

17.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br).

17.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **18. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

18.1. As condições de entrega e/ou execução dos serviços dar-se-ão segundo as regras previstas no Termo de Referência (Anexo II) e na minuta contratual (Anexo III).

18.2. O recebimento do objeto será feito em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e as regras previstas no Termo de Referência (Anexo II) e na minuta contratual (Anexo III)

18.3. O pagamento será efetuado de acordo com o prazo e as regras previstas no Termo de Referência (Anexo II) e na minuta contratual (Anexo III) do edital.

18.4. A fiscalização da execução contratual será exercida por gestor e fiscais do contrato, formalmente designados por Portaria, aos quais competirá, entre outras atribuições:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- II – atestar a nota fiscal ou documento equivalente, para fins de liquidação da despesa;
- III – notificar a contratada para correção de eventuais irregularidades; e
- IV – propor a aplicação de sanções, quando cabível, nos termos do contrato e da legislação vigente.

## **19. DA SUSTENTABILIDADE**

19.1. A empresa deverá declarar na fase de proposta o disposto no item 20 do Termo de Referência.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão poderá revogar o presente certame por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; anulá-lo, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e devidamente fundamentado; ou homologá-lo, nos termos da legislação vigente.

20.2. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na seção *Cidadão* – *Transparência* – *Licitações* ([http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=licitacoes](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=licitacoes)), podendo, ainda, ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, no endereço informado neste Edital, inclusive mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

20.3. Qualquer documento redigido em língua estrangeira e juntado ao processo deverá estar acompanhado de tradução para a língua portuguesa, realizada por tradutor juramentado ou por meio oficial reconhecido, conforme disposto no art. 13 da Constituição Federal, no art. 22, §1º, da Lei nº 9.784/1999, no art. 224 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), no art. 192 e parágrafo único da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e no art. 148 da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos).

20.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, saneamento de proposta de preços ou análise de documentos de habilitação, a sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, devendo a ocorrência ser registrada em ata.

20.4.1. A convocação para o reinício da sessão dar-se-á por meio do sistema eletrônico, inclusive pelo recurso de comunicação (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data inicialmente marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário do(a) Pregoeiro(a).

20.6. Todas as referências de tempo constantes deste Edital, do aviso e dos atos praticados durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

20.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se apenas os dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

20.11. A gravação e a transmissão ao vivo das sessões públicas dos processos licitatórios realizados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão observarão o disposto na Portaria GP nº 330/2021.

20.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com fundamento na legislação vigente aplicável à espécie, sem prejuízo da atuação das instâncias competentes.

20.13. A proposta de preços, bem como as declarações e demais documentos apresentados pelos licitantes, deverão ser assinados por assinatura eletrônica, assinatura digital ou certificado digital, em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

#### **20.14. Anexos:**

##### **20.14.1. Do edital:**

**20.14.1.1.** Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

**20.14.1.2.** Anexo II – Termo de Referência (TR)

**20.14.1.3.** Anexo III – Minuta de Contrato

**20.14.1.4.** Anexo IV – Declaração de Inexistência de Nepotismo

##### **20.14.2 Do termo de referência (TR):**



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Coordenadoria de Licitação

**Processo nº**  
**20852/2026**

**20.14.2.1. Anexo I – Instrumento de Medição de Resultados**

**20.14.2.2. Anexo II – Do IMR – Critérios e descrições a serem avaliados**

São Luís, 22 de junho de 2026.

Sanae Souza Yamada  
Pregoeira Oficial – TJMA

---

**ANEXO – I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Em anexo Estudo Técnico Preliminar contendo 14 fls)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

ETP-COSAUDE - 52026

Código de validação: 0C88EF67F6

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O ETP ora apresentado constitui a primeira etapa do planejamento para contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde – RSS, reunindo informações necessárias para verificação de sua viabilidade.

#### 1.1 Unidade Requisitante

Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), por meio de sua Coordenadoria de Saúde, pretende prover o gerenciamento dos resíduos do tipo infectante/hospitalar, pertencentes aos **Grupos A, B e E**, em conformidade à classificação da Resolução nº 222/2018, da Agência Nacional de Saúde - ANVISA, **gerados no âmbito das unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão – PJMA**, produzidos por meio da **Coordenadoria de Saúde (COSAUDE)**, da **Divisão Odontológica do TJMA**, da **Casa da Criança “Menino Jesus”**, do **Setor Médico e Odontológico do Fórum Desembargador Sarney Costa**, do **Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa** e da **Diretoria do Fórum Desembargador Raimundo Freire Cutrim da Comarca de Imperatriz** que executam atividades indispensáveis para saúde de servidores e magistrados e para o andamento de processos judiciais.

O gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) abrange a coleta, o



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

transporte, tratamento e a destinação final. O manejo inadequado, em qualquer dessas etapas, pode trazer riscos às pessoas envolvidas no processo, à população em geral e ao meio ambiente, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuírem para a proliferação de vetores transmissores de doenças.

Cabe ao gerador, o manejo dos RSS, desde a geração até a disposição final, atendendo a requisitos ambientais, de saúde pública e de saúde ocupacional, por meio de técnicas específicas realizadas por profissionais capacitados para minimizar os riscos. O PJMA, entretanto, não dispõe de recursos materiais e humanos necessários para execução direta da atividade, pois isso exigiria criação de cargos, adequações físicas, licenças, etc.

Atualmente, serviço é prestado pela empresa MAXTEC por meio do Contrato nº 23/2021, que se encontra vigente até 24.03.2026 (Proc. 22.261/2020). Tendo em vista a proximidade da data e, por tratar-se de uma necessidade permanente que não pode ser interrompida, faz-se necessário novo procedimento para contratação dos serviços de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada para RSS de forma contínua, para atender a demanda do PJMA.

## **2.1 Justificativa da Escolha do Tipo de Solução**

No que se refere às organizações públicas, a contratação de empresa especializada para a execução das atividades de gerenciamento dos RSS, é a solução predominantemente adotada e encontra amparo nas seguintes normas:

- RDC nº 222/2018 da ANVISA, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde dá outras providências;
- Na Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Resolução nº 358/2005 do CONAMA, que Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

Embora seja serviço especializado, há grande oferta no mercado, revelando-se viável a contratação por meio de prévia competição para seleção de proposta mais vantajosa. A terceirização também revela-se maior economicidade que a execução direta pelo próprio órgão que demandaria mais recursos orçamentários e humanos.

O TJMA já realizou duas licitações (Proc. 4441/2014 e Proc. 22.261/2020) com esse objeto, revelando que as condições definidas para a realização dos serviços e atendimento da demanda do Tribunal possuem exequibilidade, considerando a capacidade operacional das empresas, e aceitação mercadológica, assegurando-se a competitividade.

## 2.2 Da modalidade de aquisição e do critério de julgamento

O objeto se enquadra como contratação de serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores ou prestadores de serviços estão acostumados a tratar, não sendo, portanto algo incomum e facilmente disponibilizados pelo mercado.

O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, assim entendido como aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (**Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021**). Trata-se de serviço rotineiro e amplamente disponível no mercado especializado, não apresentando complexidade técnica que demande metodologias diferenciadas de execução.

Diante da natureza comum do objeto e considerando que o valor estimado da contratação supera os limites previstos para contratação direta, a licitação será realizada na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, com fundamento no **Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**. A escolha pela adjudicação por grupo justifica-se pela interdependência das etapas de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde. Tal medida visa garantir a integridade da cadeia de custódia ambiental, evitar o fracionamento de responsabilidades entre diferentes prestadores e assegurar a economia de escala, em consonância com o princípio da eficiência administrativa.

### **3. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no **Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026**, contemplando as demandas:

- **Demanda nº 2026DE00072:** Relativa à Manutenção do Serviço Médico e Odontológico;
- **Demanda nº 2026DE00082:** Relativa à Aquisição de Insumos, objeto de **remanejamento orçamentário**, medida adotada com o intuito de assegurar a disponibilidade de recursos e a continuidade do processo de contratação, em estrita observância ao planejamento institucional.

O objeto está plenamente alinhado ao **Planejamento Estratégico do PJMA 2021-2026**, contribuindo diretamente para os objetivos estratégicos de *"Fortalecer a política de sustentabilidade do PJMA"* e *"Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho"* (vinculado ao macrodesafio *"Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas"*), constituindo-se como instrumento essencial para o cumprimento das metas estabelecidas na **RESOL-GP nº 44/2021**.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

Adicionalmente, coaduna-se à **Resolução CNJ nº 550/2024**, que institui a política de sustentabilidade do judiciário, e ao **Plano de Logística Sustentável – PLS 2021/2026 do PJMA**, especificamente no que se refere à “Gestão de Resíduos” que tem como objetivo a destinação adequada dos resíduos no âmbito do Judiciário Maranhense, contribuindo para o atingimento das metas de sustentabilidade;

Harmoniza-se ainda à **Agenda 2030, sobretudo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”** que objetiva construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e a outros ODS no que se refere a Gestão de Resíduos no âmbito do Judiciário Maranhense;

Por fim, considera a **Política de Governança de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (RESOL – GP – 272022)** que busca a adoção de modelos de gestão eficazes, responsáveis e transparentes, promovendo a sustentabilidade, ações ambientalmente corretas e economicamente viáveis.

## **4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Requisitos Legais**

A contratação de empresa especializada deverá ser capaz de prover o gerenciamento dos resíduos das unidades de saúde no PJMA nos termos das legislações pertinentes:

- Lei nº 12.305, de 02.08.10. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Resolução CONAMA nº 358 de 29.04.05. Dispõe sobre tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
- RDC ANVISA nº 222, de 28.03.18. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

O descumprimento destas normas ou de outras normas ambientais e de saúde pública previstas no contrato autorizará o contratante a aplicar à Contratada as sanções



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

previstas no contrato, sem embargo de denúncia aos órgãos competentes.

## 4.2 Requisitos de Qualificação

**I – Atestado(s) de Capacidade Técnica;**

**II – Licença de Operação (LO) de coleta e transporte** de resíduos perigosos – Resolução do CONAMA nº 237/1997;

**III – Licença de Operação (LO) de tratamento e destinação final** de resíduos de serviços de saúde – Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e CONAMA nº 358/2005;

**IV – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)** da empresa – Instrução Normativa nº 13/2021 do IBAMA;

**V – Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA)**, do responsável técnico – Instrução Normativa nº 12/2021 do IBAMA;

**VI – Alvará de Funcionamento;**

**VII – Alvará Sanitário** – emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

**VIII – Declaração de Disponibilidade de Frota:** Declaração formal de que a licitante possui, ou possuirá até a data de início da execução contratual, veículos adequados para coleta e transporte externo de resíduos perigosos, os quais deverão apresentar os respectivos Certificados de Inspeção Veicular (CIV) válidos, em conformidade com a Portaria nº 127/2022 do INMETRO.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**IX – Declaração de Capacidade de Equipe Operacional:** Declaração de que a licitante disponibilizará, para a execução do contrato, motoristas devidamente qualificados, que atendam aos seguintes requisitos: Habilitação compatível (Categorias C, D ou E) com o tipo e peso do veículo utilizado, idade mínima de 21 anos, certificação em curso MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) atualizado e averbado na CNH, CNH em situação de plena validade (não suspensão ou cassada) e vínculo profissional regular.

**X – Comprovante de Cadastro no SINIR;**

**XI – Certidão ou inscrição de registro da empresa** junto ao Conselho de Classe Profissional que possua competência legal sobre a atividade principal do objeto (Conselho Regional de Engenharia - CREA, Conselho Regional de Química - CRQ ou outro conselho profissional que possua competência legal para fiscalizar atividades de gestão e tratamento de resíduos de serviços de saúde), em plena validade

**XII – Declaração de Disponibilidade de Responsável Técnico:** A licitante deverá apresentar declaração formal de que disponibilizará para a execução do objeto, no momento da assinatura do contrato, no mínimo, **01 (um) Responsável Técnico de nível superior**, devidamente registrado no conselho de classe competente (CREA, CRQ ou outro com atribuição legal), com jurisdição no local da prestação de serviço e atribuições para o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

#### **4.3. Requisitos Gerais**

Apresentar declarações que atestem:

- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho;
- De proteção ao trabalho do menor;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

- De inexistência de fatos impeditivos;
- De que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalhos degradantes ou forçados.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DE PREÇOS

O levantamento será realizado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJMA, com fulcro na PORTARIA-GP Nº 351, de 30 de abril de 2024.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**6.1 Objeto:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de fornecimento de recipientes para acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde do grupos A, B e E, conforme classificação dada pela RDC 222, gerados por unidades do PJMA.

GRUPO	RISCO	DESCRIÇÃO
A	RISCO BIOLÓGICO	Possível presença de agentes biológicos que podem apresentar risco potencial à saúde e ao meio ambiente.
B	RISCO QUÍMICO	Risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente devido às características como corrosividade, reatividade, inflamabilidade, toxicidade, citogenicidade e explosividade: • Produtos antimicrobianos e hormônios sintéticos; citostáticos, imunossuppressores, digitálicos, imunomoduladores, anti-retrovirais, quando descartados por serviços de saúde e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações. • Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores). • Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas.
E	PERFURO-CORTANTES	Objetos e instrumentos contendo cantos, bordas, pontos ou protuberâncias rígidas e agudas, capazes de cortar ou perfurar. • Lâminas de barbear, bisturi, agulhas, scalp, ampolas de vidro, lancetas, tubos capilares, lâminas e lamínulas, espátulas e todos os utensílios de vidro quebrado na enfermaria, consultório odontológico e outros similares



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

**6.2 Vigência:** A contratação terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

### 6.3 Estimativa das Quantidades

Procedeu-se ao levantamento da quantidade de RSS produzidos e coletados no contrato vigente, conforme abaixo.

ANO	2021*	2022	2023	2024	2025
QTD. ANUAL (kg)	458	856	725	763,10	621,30
QTD./MÊS (kg/mês)	38,16	71	60	63,59	51,77

\*Quantidades produzidas durante o período de redução do trabalho presencial em razão da pandemia de covid 19.

Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

Esse quantitativo resulta no total de **3.423,4 kg** e em médias de **684,68 kg/ano** e **57,05 kg/mês** de RSS produzidos e coletados no período. Para a nova contratação, haverá o acréscimo de duas unidades: **Diretoria do Fórum Desembargador Raimundo Freire Cutrim da Comarca de Imperatriz e Casa da Criança “Menino Jesus”**.

**6.4 Armazenamento Temporário:** As bombonas serão fornecidas pela contratada, **em regime de comodato**, com identificação externa, conforme RDC 222/2018, fabricada em material rígido (ex. polietileno de alta densidade), com tampa lacrável e removível, na cor preta ou azul, com certificado compulsório INMETRO/ no padrão ABNT, e **revestidas por saco plástico** constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeável, em quantidade e capacidade de armazenamento em conformidade com a **tabela do item 5.6**. O primeiro fornecimento deve ser realizado logo após a assinatura do contrato.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

**6.5 Coleta:** A coleta deverá ser feita nas dependências das unidades geradoras, na área de abrangência listada na tabela do **item 5.7**, por funcionários devidamente uniformizados, identificados por crachá, qualificados e equipados para a execução dos serviços que deverá obedecer às normas ABNT: NBR 12810/1993, NBR 14.652/2001, NBR 9.735/2005, NBR 15.071/2005, NBR 14.619/2006, NBR 15.480/2007, NBR 14.095/2008, NBR 7.500/2009 e NBR 13.221/2010. **Sempre que for realizada a coleta, a bombona será substituída por outra de mesmas características.**

**6.6 Quantidade e capacidade de bombona por unidade geradora de RSS**

GRUPO 1 – Unidades geradoras de resíduos sólidos de saúde (RSS) em São Luís – MA				
Local	Quantidade de Bombonas	Capacidade	Quantidade de Coleta	Quantidade Anual
Divisão Odontológica do TJMA	01	100 litros	01 vez por semana	48
Casa da Criança “Menino Jesus”	01	50 litros	01 vez por mês	12
Coordenadoria de Saúde do TJMA	01	30 litros	01 vez por mês	12
Laboratório Forense do Fórum Des. Sarney Costa	01	50 litros	01 vez por semana	48
Divisão Médica e Odontológica do Fórum Des. Sarney Costa	01	50 litros	01 vez por semana	48
Total Anual de Coleta				168
GRUPO 2 – Unidade geradora de resíduos sólidos de saúde (RSS) em Imperatriz – MA				
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	01	50 litros	01 vez por mês	12
Total Anual de Coleta				12

**6.7 Locais - Área de Abrangência dos Serviços**

As coletas serão feitas em horário comercial, nos seguintes endereços e seguirá cronograma a ser estabelecido em reunião de alinhamento entre as partes. A quantidade de resíduos de saúde deverá ser pesado no local da coleta, oportunidade



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

em que será emitido documento próprio.

<b>GRUPO 01 – Unidades geradoras de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) em São Luís – MA</b>	
<b>Local</b>	<b>Endereço</b>
Divisão Odontológica do TJMA	Prédio Lauro Berredo (Anexo TJMA), Praça Dom Pedro II, Centro.
Casa da Criança “Menino Jesus”	Rua Inácio Xavier de Carvalho, s/n – São Francisco.
Coordenadoria de Saúde	Centro Administrativo TJMA (anexo V), Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha.
Laboratório Forense do Fórum de Des. José Sarney	Fórum Des. Sarney Costa, Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau.
Divisão Médica e Odontológica do Fórum de Des. José Sarney	Fórum de Des. José Sarney, Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau.
<b>GRUPO 02 – Unidade geradora de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) em Imperatriz – MA</b>	
<b>Local</b>	<b>Endereço</b>
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	Avenida Perimetral José Felipe do Nascimento, Residencial Kubitschek

Os dias de coleta semanal poderão ser alterados durante a vigência do contrato, de forma expressa e mediante acordo das partes: TJMA, por meio da Coordenadoria de Saúde, e Contratado.

**6.8 Transporte:** em veículos apropriados com licença de operação para transporte de resíduos de serviços de saúde e Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

**6.9 Destinação final:** a contratada deverá observar um dos sistemas permitidos: incineração; tratamento clínico; micro-ondas; autoclavagem; ondas eletromagnéticas ou outro sistema que possua eficácia equivalente e fornecerá Certificado de Destinação Final - CDF (Portaria nº 280 de 29/06/2020, Ministério do Meio Ambiente).

## **7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Em regra, exige-se o parcelamento do objeto sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável. A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em grupos.

Considerando a grande distância entre as comarcas, o objeto será dividido em dois grupos, a fim de alcançar o maior número possível de interessados e evitar a repetição do procedimento.

## **8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

- Economicidade e melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis com a obtenção da proposta mais vantajosa e que atenda a necessidade demandada (eficácia/efetividade);
- Cumprimento das legislações vigentes;
- Redução dos riscos ocupacionais e dos impactos ambientais das atividades do PJMA;
- Consolidação dos objetivos do PLS - PJMA em gestão de resíduos e atendimento às diretrizes da Resolução CNJ nº 550/2024.

## **9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não se aplica.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;**

No momento, não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## **11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Os possíveis impactos ambientais decorrem do manuseio, transporte e destinação final inadequados dos resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes, sendo



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

responsabilidade da Contratada seguir rigorosamente a legislação pertinente ao serviço objeto da contratação.

Para minimizar os impactos ambientais e sanitários serão exigidos, no processo de licitação, a comprovação de experiência e de qualificação técnica específica, bem como durante a prestação do serviço, a emissão dos documentos obrigatórios, como o Certificado de Destinação Final (CDF), assegurando total rastreabilidade do percurso dos resíduos desde a origem até a destinação final.

## **12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Considerando que a necessidade é clara e pertinente, o objeto pode ser legalmente contratado, os benefícios da contratação compensam os custos e, até o momento, o sistema de contratação junto ao setor privado tem satisfeito as necessidades do PJMA, tanto no aspecto técnico quanto no econômico, a solução escolhida é a mais adequada e sua contratação é necessária e oportuna.

Adicionalmente, a contratação está prevista no PAC e há empresas com capacidade técnica e operacional no mercado em quantidade que garante a competitividade. Assim, conclui-se pela viabilidade de contratação de empresa especializada.

## **FONTES DE PESQUISA**

Coordenadoria de Serviços de Infraestrutura e Logística. Estudo Técnico Preliminar. Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Proad 7736/2023.

Setor Médico. Estudo técnico preliminar da futura contratação de serviço de coleta de resíduos oriundos do setor de saúde (lixo hospitalar). Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

Estudo técnico preliminar para serviço de recolhimento de resíduos. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Secretária de Saúde. Estudo técnico preliminar – ETP SESAU nº 002/2024. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

**CAMILA CRUZ SERRA PINTO BUNA**  
Coordenadora de Saúde  
Coordenadoria de Saúde  
Matrícula 105114

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 20/05/2026 14:34 (CAMILA CRUZ SERRA PINTO BUNA)



ETP-COSAUDE - 52026 / Código: 0C88EF67F6  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

**Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.**  
#ConsumoConsciente



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Coordenadoria de Licitação

**Processo nº**  
**20852/2026**

---

## **ANEXO – II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

(Em anexo Termo de Referência contendo 77 fls)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

TR-COSAÚDE - 72026

Código de validação: 2C05D3EE78

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE  
SERVIÇOS DE SAÚDE**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente contratação tem por objeto a **prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde (grupos A, B, e E), com o armazenamento dos resíduos por meio de bombonas, as quais serão cedidas por comodato pela contratada, gerados no âmbito das unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão – PJMA, de acordo com as leis, os decretos, as resoluções e normas do município, do estado e da União, conforme especificações e quantitativos detalhados neste Termo de Referência e seus anexos, conforme tabela abaixo:**

**Tabela 1 – Especificação dos itens**

<b>GRUPO 1 – Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde gerados nas unidades de São Luís – MA, com o armazenamento dos resíduos por meio de bombonas, as quais serão cedidas por comodato pela contratada.</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Quantidade Mensal</b>
1.	Serviços de coleta e transporte, tratamento e disposição final dos resíduos hospitalares infectantes originados do Setor de Saúde do PJMA, gerados nas unidades localizadas na cidade de São Luís – MA: Coordenadoria de Saúde (COSAÚDE) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), da	serviço	



TR-COSAÚDE - 72026 / Código: 2C05D3EE78  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

**Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.**  
#ConsumoConsciente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

Divisão Odontológica do TJMA, da Casa da Criança “Menino Jesus”, Setor Médico e Odontológico do Fórum Desembargador Sarney Costa e do Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa.			01
<b>GRUPO 2</b> – Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde gerados na unidade de <b>Imperatriz – MA</b> , com o armazenamento dos resíduos por meio de <b>bombonas</b> , as quais serão <b>cedidas por comodato</b> pela contratada.			
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade Mensal
1.	Serviços de coleta e transporte, tratamento e disposição final dos resíduos hospitalares infectantes originados do Setor de Saúde do PJMA, gerados nas unidades localizadas na cidade de Imperatriz – MA: Setor Médico do Fórum da Comarca de Imperatriz.	serviço	01

## 2. DA UNIDADE REQUISITANTE

2.1. Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA.

## 3. DA FUNDAMENTAÇÃO, DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) é um conjunto de procedimentos, como segregação, acondicionamento, coleta, transporte e destinação final, que visa a gestão segura e eficiente dos resíduos gerados em estabelecimentos de saúde para proteger os trabalhadores, a saúde pública e o meio ambiente;

3.2. No PJMA, os RSS são produzidos por meio da **Coordenadoria de Saúde (COSAUDE)**, da **Divisão Odontológica do TJMA**, da **Casa da Criança “Menino Jesus”**, do **Setor Médico e Odontológico do Fórum Desembargador Sarney Costa**, do **Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa** e da **Diretoria do Fórum Desembargador Raimundo Freire Cutrim da Comarca de Imperatriz** que executam atividades indispensáveis para saúde de servidores e magistrados e para o andamento de processos judiciais;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**3.3.** Sendo gerador, o PJMA é obrigado a fazer o gerenciamento desses resíduos nos termos da Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); à Resolução nº 358/2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); à RDC nº 222, de 28/03/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e às normas da Vigilância Sanitária do Município de São Luís/MA;

**3.4.** Na observância destes princípios, esclarecemos que a realização direta deste serviço pelo Poder Judiciário do Maranhão, acarretaria em diversos custos adicionais, como: contratação e treinamento de recursos humanos, aquisição de maquinário e equipamentos, investimento em estrutura e condições para tratamento e destinação correta dos resíduos de saúde de acordo com as normas ambientais vigentes, bem como obtenção de licenças obrigatórias, o que demandaria mais recursos orçamentários;

**3.5.** Assim, a contratação de empresa especializada, do ponto de vista da eficiência e da economicidade, é a mais indicada para a execução do serviço em conformidade às normas dos órgãos ambientais;

**3.6.** O atual contrato, com a empresa **MAXTEC**, possui vigência até 24/03/2026 (**Contrato nº 23/2021 TJMA – Processo nº 22.261/2020**);

**3.7.** Concluindo, o gerenciamento dos RSS é um serviço contínuo e indispensável para manter atividades essenciais do PJMA, reduzir riscos ocupacionais e ambientais, bem como atender às exigências legais. Adicionalmente, a vigência do atual contrato está próxima do término e não há possibilidade de execução direta, restando justificada a realização da presente contratação.

#### **4. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**4.1.** O Estudo Técnico Preliminar (ETP - COSAUDE - 22026) foi devidamente elaborado conforme a legislação vigente e concluiu pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, servindo como base para as especificações e quantitativos aqui definidos.

## **5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

**5.2.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **6. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**6.1.** A presente contratação será viabilizada mediante licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, com fundamento no Art. 28, inciso I, e Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

**6.2.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme previsto no Art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.** A opção pelo julgamento por **GRUPO** justifica-se pela natureza do objeto, que compreende etapas interdependentes e indissociáveis (coleta, transporte, tratamento e disposição final). A aglutinação visa:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**a) Garantir a rastreabilidade integral:** Evitar a fragmentação da responsabilidade ambiental entre diferentes empresas;

**b) Eficiência Logística:** Otimizar o fluxo de resíduos desde a geração até a destinação final licenciada;

**c) Segurança Jurídica:** Assegurar que a mesma contratada responda por todo o ciclo do gerenciamento, minimizando riscos de passivos ambientais para a Administração Pública.

## **7. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1.** A presente contratação tem por finalidade a prestação contínua dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde classificados nos **Grupos A (infectantes/biológicos), B (químicos) e E (perfurocortantes)**, gerados no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão;

**7.2.** A coleta deverá abranger a todos os geradores que produzam resíduos de saúde do PJMA, e os mesmos deverão ser armazenados em embalagem de acordo com as normas de regulamentação de armazenagem e disposição final de resíduos de saúde, no caso **bombonas, cedidas por comodato pela empresa contratada**, obedecendo a capacidade de armazenamento de cada unidade prevista;

**7.3.** Deverão ser recolhidos somente materiais dos grupos: **A, B e E**, de acordo com a RDC ANVISA nº 306/04, RDC ANVISA nº 222/2018 e Resolução CONAMA nº 358/05;

### **7.4. As etapas de Gerenciamento de Resíduos**

**7.4.1** A realização das etapas do Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

de acordo com as normas vigentes é fundamental para proteção da saúde pública, dos trabalhadores e do meio ambiente, minimizando os riscos de acidentes e contaminação. As etapas deverão ser executadas de acordo com as especificações abaixo:

**7.4.1. Manejo Interno:** É de responsabilidade da **CONTRATANTE**, através das suas unidades geradoras, o correto trabalho de **segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno e armazenamento externo**, de forma a permitir a redução dos resíduos infectantes gerados.

**7.4.2. Coleta e Transporte Externo:** A coleta e transporte externos consistem na **remoção dos resíduos de serviços saúde das unidades da Contratante até a unidade de tratamento e disposição final**, de responsabilidade da **CONTRATADA**, através utilização de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.

**7.4.3. Tratamento:** A escolha do método de tratamento, de responsabilidade da **CONTRATADA**, dever ser compatível com a natureza do resíduo a ser tratado, objetivando a sua desinfecção e/ou neutralização, podendo ser utilizados processos manuais, mecânicos, físicos, químicos ou biológicos que alterem as características dos resíduos, objetivando a minimização do risco à saúde da população, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador. Os sistemas para tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005 e a RDC nº 222, de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente. A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá estar de acordo com a RDC nº 222 de 2018 e com a portaria 2.349 de 14 de setembro de 2017, para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final com os resíduos domésticos e públicos.



## **7.5. Da Classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)**

**7.5.1** Para fins de atendimento ao objeto do certame, as classificações adotadas para os Resíduos de Serviços de Saúde são as definidas pela Resolução CONAMA nº 358/05 e pela RDC ANVISA nº 222/18, cujo teor define:

**a) Grupo A** (resíduos infectantes ou biológicos): possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

**b) Grupo B** (resíduos químicos/farmacêuticos): resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características. Sobras eventuais de medicamentos com prazo de validade ultrapassado e invólucros vazios de medicamentos. pequenos volumes poderão ser armazenados em local dentro da própria área de trabalho até que haja volume que justifique o custo com a coleta e o tratamento, respeitadas todas as condições inerentes às características destes resíduos.

**c) Grupo E** (materiais perfurocortantes ou escarificantes): lâminas, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório.

**7.6.** A seguir, apresenta-se a estimativa de resíduos a coletados e tratados (em quilogramas), referente ao período de 2022 a agosto/2025:

**Tabela 2 – Estimativa de produção de resíduos**

ANO	2022	2023	2024	2025
QTD. TOTAL (kg)	856	725	763,10	621,30
QTD./MÊS (kg/mês)	71	60	63,59	51,77

Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

**7.7.** As informações acima foram apuradas a partir de levantamento com base nas coletas realizadas no contrato vigente e encontram-se documentadas no Estudo Técnico Preliminar;

**7.8.** O armazenamento dos resíduos de saúde (RSS), deverá ser feito por meio de bombonas, cedidas por comodato pela contratada, obedecendo ao seguinte:

**Tabela 3 – Quantidade e capacidade de bombona por unidade geradora de RSS**

<b>GRUPO 1 – Unidades geradoras de resíduos sólidos de saúde (RSS) em São Luís – MA</b>		
<b>Local</b>	<b>Quantidade de Bombonas</b>	<b>Capacidade</b>
Divisão Odontológica do TJMA	01	100 litros
Casa da Criança “Menino Jesus”	01	50 litros
Coordenadoria de Saúde do TJMA	01	30 litros
Laboratório Forense do Fórum Des. Sarney Costa	01	50 litros
Divisão Médica e Odontológica do Fórum Des. Sarney Costa	01	50 litros
<b>GRUPO 2 – Unidade geradora de resíduos sólidos de saúde (RSS) em Imperatriz – MA</b>		
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	01	50 litros

**7.9.** Caso a quantidade de recipientes disponibilizadas não seja compatível com a geração de resíduos, poderá ser solicitado recipiente adicional pela Contratante ou por sugestão da Contratada;

**7.10. Área de abrangência dos serviços:** Os serviços de coleta de resíduos de saúde deverão ser realizados nas seguintes unidades do PJMA:

**Tabela 4 – Área de Abrangência dos Serviços**

<b>GRUPO 1 – Unidades geradoras de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) em São Luís – MA</b>	
<b>Local</b>	<b>Endereço</b>
Divisão Odontológica do TJMA	Prédio Lauro Berredo (Anexo TJMA), Praça Dom Pedro II, Centro.
Casa da Criança “Menino Jesus”	Rua Inácio Xavier de Carvalho, s/n – São Francisco.
Coordenadoria de Saúde	Centro Administrativo TJMA (anexo V), Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha.
Laboratório Forense do Fórum de Des. José Sarney	Fórum Des. Sarney Costa, Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau.
Divisão Médica e Odontológica do Fórum de Des. José Sarney	Fórum de Des. José Sarney, Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

GRUPO 2 – Unidade geradora de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) em Imperatriz – MA	
Local	Endereço
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	Avenida Perimetral José Felipe do Nascimento, Residencial Kubitschek

7.11. A coleta será realizada **semanalmente e/ou mensalmente** (a depender da unidade), nos pontos geradores estabelecidos neste Termo de Referência, conforme tabela abaixo:

**Tabela 5 – Periodicidade da coleta por unidade geradora**

GRUPO 1 – Unidades geradoras de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) em São Luís – MA	
LOCAL	QUANTIDADE
Divisão Odontológica do TJMA	01 vez por semana
Casa da Criança “Menino Jesus”	01 vez por mês
Coordenadoria de Saúde do TJMA	01 vez por mês
Laboratório Forense do Fórum Des. Sarney Costa	01 vez por semana
Divisão Médica e Odontológica do Fórum Des. Sarney Costa	01 vez por semana
GRUPO 2 – Unidade geradora de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) em Imperatriz – MA	
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	01 vez por mês

7.12. A coleta dos RSS nas unidades geradoras seguirá cronograma a ser estabelecido em reunião de alinhamento entre as partes;

7.13. A contratada deverá apresentar plano logístico que contemple todas as unidades geradoras, assegurando a regularidade da coleta mensal, com observância das exigências sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes a cada tipo de resíduo (Grupos A, B e E);

7.14. A contratada deverá apresentar o **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)** e o **Plano de Contingência**, devidamente atualizados e assinados por responsável técnico habilitado, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados da **data da Reunião de Alinhamento**, como condição indispensável para o início efetivo da prestação dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

## 8. DAS QUANTIDADES

8.1. A licitação será em **GRUPOS**, conforme estabelecido na tabela abaixo:

**Tabela 6 – Quantidades por Grupo**

GRUPO 1 – Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde em unidades de São Luís – MA				
Item	Descrição	Unidade	Valor Mensal	Valor Anual
1.	Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde (grupos A, B, e E), gerados nas unidades localizadas na cidade de São Luís – MA: Coordenadoria de Saúde (COSAÚDE), da Divisão Médica do TJMA, da Divisão Odontológica do TJMA, da Casa da Criança “Menino Jesus”, Setor Médico e Odontológico e do Laboratório Forense do Fórum Des. Sarney Costa	serviço	R\$	R\$
GRUPO 2 – Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde, em unidade de Imperatriz – MA				
Item	Descrição	Unidade	Valor Mensal	Valor Anual
1.	Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde (grupos A, B, e E), gerados nas unidades localizadas na cidade de Imperatriz – MA: Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	serviço	R\$	R\$

### 8.2. Das informações relevantes para dimensionamento da proposta

8.2.1. Há uma produção média de resíduo sólido de saúde pelas unidades geradoras de **51,77 kg por mês**, aproximadamente **13 Kg por semana (estimativa do ano 2025)**, sem considerar 02 (duas) unidades geradoras que serão incluídas na nova contratação, a saber: Casa da Criança Menino Jesus e Diretoria do Fórum Desembargador Raimundo Freire Cutrim da Comarca de Imperatriz – MA.

8.2.2. Embora o quantitativo de lixo seja pequeno, o material não pode permanecer por muito tempo nas instalações da Contratante, haja vista o risco de contaminação;

8.2.3. Em análise às coletas realizadas nas unidades geradoras, a frequência semanal e/ou



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

mensal se adequa perfeitamente às necessidades;

**8.2.4.** No preço proposto deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, seguro, tributos e/ou impostos, taxas, equipamentos, insumos, recursos humanos, custos de transporte, bem como quaisquer outras despesas incidentes na execução do Contrato.

## **9. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** De acordo com a RDC ANVISA nº 222/18 e a Resolução CONAMA nº 358/2005, são definidos como geradores de resíduos de serviços de saúde (RSS) todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana dos pontos de atendimentos sob o comando do Poder Judiciário do Maranhão;

**9.2.** A coleta regular de resíduos de saúde deverá ser executada nos dias e horários estabelecidos no cronograma, devendo toda vez ser **retirado o total de lixo, não podendo ser deixado sobra para ser retirado em coleta seguinte;**

**9.3.** Os dias e horários estabelecidos para a coleta poderão ser modificados durante o período da vigência do contrato, a depender da necessidade da Contratante e em acordo com a Contratada;

**9.4.** Os coletores deverão recolher, pesar e transportar os recipientes com o cuidado necessário para que não sejam danificados e evitar o derramamento de resíduos contaminados nas vias públicas;

**9.5.** Executar os serviços nos endereços citados e em perfeitas condições, nas quantidades informadas pela Contratante;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**9.6.** A Contratante deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador e classificação dos resíduos por categoria (grupo A, B ou E), informações da empresa transportadora e do local de disposição final.

**9.7.** A empresa Contratada deverá dispor de balança devidamente aprovada pelo INMETRO, para pesar, **no ato da coleta, sob observação do fiscal setorial**, os resíduos por grupos (A, B, E), para consequente preenchimento do MTR emitido pela contratante;

**9.8.** Em nenhuma hipótese a rotina de coleta poderá ser mudada sem autorização prévia do Contratante, haja vista que a rotina é feita para atender as necessidades do PJMA;

**9.9. Dos materiais para armazenamento**

**9.9.1.** A CONTRATADA fornecerá bombonas, em cada uma das unidades geradoras de RSS, para armazenamento temporário, em regime de **comodato**, com identificação externa, conforme RDC 222/2018, em quantidade e capacidade de armazenamento conforme **Tabela 3**, fabricada em material rígido (ex. polietileno de alta densidade), com tampa lacrável e removível, na cor preta ou azul, com certificado compulsório INMETRO/ no padrão ABNT, e **revestidas por saco plástico** constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeável;

**9.9.2.** As embalagens para a coleta de resíduos deverão ser entregues limpas e sem odor desagradável;

**9.9.3.** O primeiro fornecimento deve ser realizado logo após a assinatura do contrato;

**9.9.3.** O primeiro fornecimento deve ser realizado em 02 (dois) dias úteis da emissão da ordem de serviço;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**9.9.4.** Caso a CONTRATANTE identifique, no ato da entrega ou durante o armazenamento, bombonas com vazamentos, fissuras, vedações violadas, sujidades externas/internas ou quaisquer deformidades que comprometam o uso, esta poderá recusar o recebimento ou solicitar a troca posterior.

**a) Prazo para Troca:** A CONTRATADA deverá realizar a substituição da(s) bombonas(s) irregular(es) no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da notificação (via e-mail ou mensagem);

**b) Isenção de Ônus:** Toda e qualquer substituição decorrente de padrões inadequados deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

**c) Reincidência:** A entrega recorrente de recipientes fora dos padrões poderá ser considerada infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na Cláusula de Penalidades.

## **9.10. Das condições de trabalho dos empregados**

**9.10.1.** A proponente deverá detalhar em sua metodologia de execução os procedimentos normais e de emergência, detalhando uniformização e EPI's a serem utilizados na prestação dos serviços;

**9.10.2.** É obrigatório o uso de uniformes e equipamentos conforme determinados na lei e normas que regem o serviço;

**9.10.3.** Os empregados da empresa Contratada, que exercerem atividades de coleta, deverão receber orientação e treinamento da CONTRATADA.

**9.10.4.** Todos os funcionários envolvidos na coleta deverão utilizar crachá com nome da empresa, nome, função e foto do profissional, para identificação imediata.



## 9.11. Dos veículos e transportes

**9.11.1.** O transporte dos resíduos será feito em veículos apropriados, compatíveis com as características dos resíduos, e que atendam as normas NBR 12.810, NBR 14.652, NBR 7500 da ABNT e a RDC ANVISA nº 222/2018, obedecendo às seguintes regras:

- a)** O transporte de resíduos deve ser realizado em veículos adequados, sendo expressamente proibido o seu transporte simultâneo com pessoas, animais, alimentos, medicamentos ou produtos destinados ao consumo humano ou animal;
- b)** A coexistência de diferentes classes de resíduos no mesmo veículo só será admitida mediante comprovação de compatibilidade química e física, garantida a segregação que impeça a contaminação cruzada e assegure a integridade dos recipientes.
- c)** Os veículos e as áreas de transbordo deverão ser dotados de kits de emergência para contenção de derramamentos e higienização, contendo, no mínimo: pá, vassoura, rodo, sacos plásticos de reserva (compatíveis com a classificação do resíduo), serragem ou material absorvente, e solução desinfetante padronizada. A manutenção e o uso desses equipamentos devem seguir as orientações da NBR 12.810 e NBR 14.652, garantindo a pronta resposta a eventuais incidentes durante a coleta;
- d)** Veículos destinados ao transporte de resíduos infectantes (Grupo A) devem exibir obrigatoriamente, em locais visíveis nas laterais e na traseira, o símbolo de Risco Biológico conforme as especificações da NBR 7500. Além da sinalização de risco, o veículo deve portar os demais rótulos de risco e painéis de segurança exigidos pela legislação de transporte de produtos perigosos da ANTT e demais normas técnicas vigentes;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**9.11.2.** A descontaminação do veículo de transporte dos resíduos deverá ser realizada pela empresa CONTRATADA;

**9.11.3.** As operações de transporte deverão garantir a inviolabilidade das embalagens, a segurança do trabalhador envolvido e a preservação do meio ambiente;

## **9.12. Do Tratamento e do Destino Final**

**9.12.1.** A CONTRATADA deverá possuir unidade para armazenamento de resíduos até que seja dado o destino final, de acordo com normativas e legislações vigentes, e deverá fornecer certificado de destinação final - CDF, conforme Portaria nº 280 de 29/06/2020, do Ministério do Meio Ambiente.

**9.12.2.** Em observância ao princípio da **responsabilidade solidária** estabelecido na Lei nº 12.305/2010, qualquer indício de descarte irregular sujeitará a CONTRATADA à rescisão imediata do ajuste e à execução da garantia contratual para fins de mitigação de danos ambientais, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

## **10. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**10.1.** Conforme Portaria – GP nº 351, de 30 de abril de 2024, o levantamento de mercado será realizado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJMA mediante pesquisa de preços praticados por empresas do ramo e de contratações similares de outros órgãos públicos, garantindo a obtenção de preços justos e a vantajosidade para a Administração.

## **11. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

**11.1.** A presente contratação encontra-se devidamente prevista no **Plano Anual de**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**Contratações (PAC) de 2026**, contemplando as demandas:

**a) Demanda nº 2026DE00072:** Relativa à Manutenção do Serviço Médico e Odontológico;

**b) Demanda nº 2026DE00082:** Relativa à Aquisição de Insumos, objeto de **remanejamento orçamentário**, medida adotada com o intuito de assegurar a disponibilidade de recursos e a continuidade do processo de contratação, em estrita observância ao planejamento institucional.

**11.2.** O objeto está plenamente alinhado ao **Planejamento Estratégico do PJMA 2021-2026**, contribuindo diretamente para os objetivos estratégicos de *"Fortalecer a política de sustentabilidade do PJMA"* e *"Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho"* (vinculado ao macrodesafio *"Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas"*), constituindo-se como instrumento essencial para o cumprimento das metas estabelecidas na **RESOL-GP nº 44/2021**.

**11.3.** Adicionalmente, coaduna-se à **Resolução CNJ nº 550/2024**, que institui a política de sustentabilidade do judiciário, e ao **Plano de Logística Sustentável – PLS 2021/2026 do PJMA**, especificamente no que se refere à “Gestão de Resíduos” que tem como objetivo a destinação adequada dos resíduos no âmbito do Judiciário Maranhense, contribuindo para o atingimento das metas de sustentabilidade;

**11.4.** Harmoniza-se ainda à **Agenda 2030, sobretudo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”** que objetiva construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e a outros ODS no que se refere a Gestão de Resíduos no âmbito do Judiciário Maranhense;

**11.5.** Por fim, considera a **Política de Governança de Contratações do Tribunal de**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**Justiça do Estado do Maranhão (RESOL – GP – 272022)** que busca a adoção de modelos de gestão eficazes, responsáveis e transparentes, promovendo a sustentabilidade, ações ambientalmente corretas e economicamente viáveis.

## **12. DA ANTICORRUPÇÃO E CONFORMIDADE**

**12.1.** A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, incluindo a Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção) e seus regulamentos, e se compromete a cumpri-las fielmente. A Contratada deverá observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do PJMA (RESOL-GP-59/2021). A Administração exigirá da Contratada a demonstração de um programa de integridade compatível com a legislação vigente, se aplicável.

## **13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto nas hipóteses previstas nos arts. 106, inciso III, e 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada no processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

**13.2.** Constituem motivos para a extinção contratual, entre outros, aqueles previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, tais como:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares da fiscalização;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de executar o contrato;

IV – falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – caso fortuito ou força maior, comprovados e impeditivos da execução;

VI – atraso ou impossibilidade de obtenção de licença ambiental, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar;

VII – atraso ou impossibilidade de liberação das áreas sujeitas a desapropriação, desocupação ou servidão administrativa;

VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Administração;

IX – descumprimento das obrigações legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes.

**13.3.** O contratado poderá requerer a extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive em caso de supressão além do limite legal, suspensão da execução por prazo superior a 3 (três) meses, atrasos reiterados da Administração ou não liberação da área necessária para a execução contratual.

**13.4.** A extinção poderá ocorrer, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021:

I – por ato unilateral e escrito da Administração, exceto quando o descumprimento decorrer de sua própria conduta;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

II – de forma consensual, por acordo entre as partes, mediante termo formalizado nos autos do processo;

III – por decisão judicial ou arbitral, quando houver cláusula compromissória ou compromisso arbitral.

**13.5.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados e terá direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos até a data da extinção e ao custeio da desmobilização, nos termos do art. 138, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**13.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções cabíveis:

I – a assunção imediata do objeto pela Administração, no estado em que se encontrar;

II – a ocupação e utilização de instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução, quando necessários à continuidade do objeto;

III – a execução da garantia contratual, para ressarcimento de prejuízos, pagamento de obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, multas aplicadas, ou assunção da execução pela seguradora, quando cabível;

IV – a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos e multas aplicadas.

## **14. DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**14.1. Formalização:** Após a adjudicação e homologação do certame, e havendo a decisão pela contratação, a Administração tomará todas as providências para a assinatura do Termo de Contrato, observando as hipóteses elencadas no Art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**14.2. Prazo para Assinatura/Aceite:** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar a Nota de Empenho (se aplicável), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.3. Prorrogação de Prazo:** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração, demonstrando-se o interesse público na manutenção da contratação.

**14.4. Aceite da Nota de Empenho:** O aceite da Nota de Empenho emitida à empresa adjudicada implica o reconhecimento de que:

**14.4.1.** A referida Nota de Empenho, em determinados casos, poderá substituir o termo de contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**14.4.2.** A CONTRATADA se vincula integralmente à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Licitação, no presente Termo de Referência e seus anexos.

**14.5.** No prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da **Assinatura do Contrato**, os representantes legais da Contratada deverão reunir-se com o gestor e fiscais do contrato para o alinhamento do cronograma de execução. Na oportunidade, deverá ser apresentado o **Laudo de Conformidade de Infraestrutura**, visando identificar eventuais necessidades de adequação física a serem providenciadas pelo TJMA para a viabilização dos serviços.



**14.5.1.** A **efetiva prestação dos serviços** deverá ser iniciada em até **02 (dois) dias úteis** contados da data da emissão da ordem de serviço.

## **15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**15.1. Vigência Inicial:** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2. Possibilidade de Prorrogação:** O contrato poderá ser prorrogado, observando o limite máximo de 10 (dez) anos, em conformidade com o art. 106 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a CONTRATANTE, e após análise de custo-benefício;

**15.3. Condições para Prorrogação:** A prorrogação da vigência estará condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, e para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**15.3.1.** Manifestação expressa e fundamentada do gestor do contrato sobre a boa execução do contrato, atestando que os serviços foram prestados regularmente e que a CONTRATANTE mantém interesse na continuidade da contratação.

**15.3.2.** Manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação, com a manutenção das condições inicialmente propostas ou em condições mais vantajosas.

**15.4. Prevalência do Termo de Referência:** Na hipótese de a descrição do objeto indicado



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

na Nota de Empenho não contemplar de forma plena o detalhamento do objeto, prevalecerá aquela expressa no Termo de Referência e seus anexos.

**15.5. Reconhecimento de Direitos da Administração:** A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**15.6. Recusa Injustificada do Adjudicatário:** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato ou aceitar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão, se houver (Art. 90, §5º da Lei nº 14.133/2021).

**15.7. Comunicações Eletrônicas:** É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a manutenção e verificação diária de seu endereço eletrônico, para acompanhamento das notificações do TJMA relativas ao Pregão Eletrônico, execução do contrato e notas de empenhos, entre outras comunicações. As mensagens enviadas ao endereço eletrônico da CONTRATADA, inclusive as de encaminhamento da nota de empenho, serão consideradas lidas 05 (cinco) dias após o envio, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente a contagem do prazo para o início da execução do objeto.

## **16. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**16.1. Prazo de Irreajustabilidade:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado do orçamento estimado;

**16.2. Índice de Reajuste:** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice oficial IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

Ampla), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a incidente da anualidade;

**16.3. Reajustes Subsequentes:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**16.4. Atraso na Divulgação do Índice:** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

**16.5. Aferições Finais:** Nas aferições finais de valores, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

**16.6. Extinção do Índice:** Caso o índice estabelecido seja extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser adotado, será utilizado o que vier a lhe substituir, de acordo com a legislação em vigor;

**16.7. Ausência de Índice Substituto:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo, para reajustamento do preço do valor remanescente do contrato.

## **17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**17.1.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia de execução, correspondendo a 5% do valor do contrato do valor anual do contrato:

**a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**b)** seguro-garantia;

**c)** fiança bancária;

**c.1)** A fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (Resolução BC 4.122, de 2/08/2012).

**17.2.** A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

**a)** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**b)** Multas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

**c)** Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

**d)** Obrigações trabalhistas e previdenciárias não honradas pela CONTRATADA;

**e)** Verbas trabalhistas rescisórias inadimplidas.

**17.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do subitem 17.2, observada a legislação que rege a matéria.

**17.4.** O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

**17.4.1.** Caso fortuito ou força maior;

**17.4.2.** Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**17.4.3.** Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração;

**17.4.4.** Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

**17.5.** A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias, contado do primeiro dia útil após a divulgação do contrato no PNCP.

**17.6.** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

**17.7.** A inobservância dos prazos fixados nos subitens 17.5 e 17.6 para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**17.8.** Nas modalidades de seguro garantia ou fiança bancária, a garantia contratual deverá englobar a vigência do contrato mais 90 (noventa) dias, após o seu término.

**17.9.** Na modalidade de caução em dinheiro, o valor será atualizado monetariamente, de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição financeira em que for realizado o depósito. A liberação da quantia depositada ou do saldo remanescente ocorrerá 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

**17.10.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**17.11.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**17.12.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**17.13.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**17.14.** Nos casos de prorrogação de vigência do prazo contratual, do prazo de execução, ou de aumento do valor do contrato, exigir-se-á da CONTRATADA, no momento da assinatura do Termo Aditivo correspondente, o endosso da garantia de que trata este item, que deverá ser apresentada no prazo de até 1 (um) mês, contado do primeiro dia útil após a divulgação do Termo Aditivo no PNCP.

**17.14.1.** Caso o endosso não seja apresentado no prazo de até 1 (um) mês, contado do primeiro dia útil após a divulgação no PNCP, será considerado atraso na entrega, mesmo que a apólice tenha sido emitida dentro do prazo exigido no contrato.

**17.14.2.** A inobservância do prazo para a entrega do endosso poderá acarretar aplicação de multa, nos termos do subitem 17.7.

**17.15.** No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao TJMA dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se ainda, a CONTRATADA a outras penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

**17.16.** O TJMA executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**17.16.1.** O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo TJMA quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**17.16.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**17.17.** A garantia será considerada extinta:

**I** – com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**II** – com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 17.8., que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de incidente de sinistro.

**17.18.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**17.19.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJMA com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**17.20.** A CONTRATADA autoriza o TJMA a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado.

**18.2. Justificativa da Vedação:** A proibição fundamenta-se na natureza crítica e na alta complexidade técnica dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) – Grupos A, B e E. Tais atividades envolvem riscos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

biológicos e químicos acentuados, exigindo rigoroso controle sanitário e licenciamento ambiental específico e intransferível.

**18.2.1.** A execução direta pela Contratada visa garantir a **rastreabilidade total** dos resíduos e a **segurança jurídica** do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), mitigando os riscos de responsabilidade solidária por danos ambientais ou sanitários decorrentes de falhas operacionais de terceiros.

**18.2.2.** A especialização técnica exigida e o dever de vigilância sobre o manejo de materiais infectantes e perfurocortantes tornam a execução por meios próprios indispensável para assegurar a integridade da saúde pública e a observância estrita às normas da ANVISA e do CONAMA.

## **19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE, devidamente empenhados, conforme a Lei Orçamentária Anual vigente.

## **20. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

**20.1.** A CONTRATADA deverá demonstrar e aplicar práticas de sustentabilidade social e ambiental na execução dos serviços, em consonância com os princípios da administração pública e a legislação ambiental e trabalhista vigentes, tais como:

**20.2.** Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, RDC 222, de 28 /03/2018 – ANVISA;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**20.3.** Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados e armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR;

**20.4.** A coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT – NBR12.810/2016 e NBR14652/2013;

**24.5.** As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra;

**20.6.** A destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar à Lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes<sup>3/4</sup>

**20.7.** Os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal;

**20.8.** Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, com características de periculosidade, conforme Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento e disposição final específico;

**20.9.** Os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta, acondicionados em coletores estanques,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, de acordo com a ABNT NBR 13853-1:2018, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica;

**20.10.** Os veículos utilizados na coleta de resíduos de serviços de saúde deverão ser submetidos a vistoria pelo órgão de controle ambiental, no ato do licenciamento;

**20.11.** É vedada a utilização de equipamentos compactadores na coleta e transporte dos resíduos dos Grupos A, B e E;

**20.12.** Os resíduos dos Grupos A, B e E deverão ser obrigatoriamente submetidos a processo de tratamento antes de sua disposição final;

**20.13.** A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente, assumindo integralmente a responsabilidade por eventuais danos ambientais causados e providenciando as medidas corretivas cabíveis;

**20.14.** A CONTRATADA deverá proteger e preservar o meio ambiente, bem como buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância aos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanados das esferas federais, estaduais e municipais, implementando ainda esforços nesse sentido junto aos respectivos fornecedores;

**20.15.** A CONTRATADA deverá adotar ações de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**20.16.** A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e em perfeito estado de conservação aos seus colaboradores para a execução das atividades, garantindo conforto, segurança e proteção, em conformidade com as normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho e as condições climáticas locais, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

**20.17.** A CONTRATADA deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas, baterias, óleos lubrificantes, pneus e outros resíduos oriundos da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, Resolução CNJ nº 550/2024, e legislação correlata;

**20.18.** A CONTRATADA está vedada de ter em seu quadro de funcionários empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Deve ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e pessoas com deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

**20.19.** A CONTRATADA deverá zelar pelo cumprimento dos critérios e práticas orientadas pelo Plano de Logística Sustentável 2021/2026 (PLS do TJMA) e pelos parâmetros referenciais oferecidos pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, Setembro de 2023, da Advocacia Geral da União.



## 21. DA VISTORIA TÉCNICA E AVALIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

**21.1.** A licitante deverá realizar **vistoria técnica** nos locais de armazenamento (abrigos temporários e externos) indicados neste Termo de Referência, na **fase entre a publicação do edital e a data de apresentação da proposta**.

**21.2.** A vistoria técnica tem por objetivo a avaliação minuciosa das condições físicas e de segurança das áreas de armazenamento, visando verificar se as instalações comportam a execução dos serviços de coleta e transporte em estrita observância às normas sanitárias e ambientais vigentes. Adicionalmente, a vistoria servirá para que a licitante identifique peculiaridades estruturais e operacionais que possam impactar na composição de seus custos e na formulação de sua proposta de preços, prevenindo riscos à exequibilidade e garantindo a adequação do planejamento da contratação.

**21.3.** Após a realização da vistoria técnica, a licitante deverá emitir o **Atestado de Visita Técnica**, devidamente assinado por seu representante. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar uma **Declaração de Pleno Conhecimento das Condições e Riscos**, na qual declara possuir pleno conhecimento da natureza e complexidade dos serviços, bem como das condições físicas e operacionais das unidades de saúde do PJMA.

**21.3.1.** A apresentação de qualquer uma das declarações acima implica a aceitação integral dos riscos decorrentes das condições locais, renunciando a licitante a qualquer alegação posterior de desconhecimento de dificuldades técnicas ou estruturais que possam impactar



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

na composição de seus preços ou na exequibilidade da execução contratual.

**21.4. O Atestado de Visita Técnica** ou a **Declaração de Pleno Conhecimento das Condições e Riscos** deverá ser incluído como documento integrante da proposta de preços, a ser enviado durante a fase de habilitação ou quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sob pena de desclassificação por descumprimento de requisito técnico-operacional.

**21.5.** O agendamento da vistoria técnica deverá ser realizado com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** junto às unidades de saúde competentes, via e-mail ou sistema oficial, cabendo ao TJMA garantir o livre acesso dos representantes das licitantes às áreas restritas de armazenamento de resíduos.

**21.6. Do Laudo de Conformidade de Infraestrutura**

**21.6.1. O Laudo de Conformidade de Infraestrutura** é o documento técnico final, elaborado pela Contratada após a assinatura do contrato, que consolida as condições operacionais encontradas nas unidades de saúde do PJMA.

**21.6.2.** O Laudo deverá ser individualizado por unidade, detalhando obrigatoriamente:

- a) Condições de higiene, ventilação, iluminação e sinalização dos abrigos de resíduos;
- b) Integridade dos dispositivos de fechamento, contenção e drenagem;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**c)** Viabilidade de manobra para carrinhos de coleta interna e acessibilidade para os veículos de transporte externo.

**21.6.3.** Eventuais não conformidades identificadas que possam onerar a execução ou exigir ajustes logísticos deverão ser descritas detalhadamente, acompanhadas das respectivas propostas de adequação técnica.

**21.6.3.1.** Ressalta-se que dificuldades estruturais passíveis de identificação visual durante a fase de vistoria técnica (item 21.3) não poderão ser alegadas como fato superveniente para fins de reequilíbrio econômico-financeiro ou alteração da proposta de preços.

**21.6.4.** A Contratante analisará as adequações sugeridas, permanecendo sob sua responsabilidade a execução de reparos estruturais ou reformas, desde que validadas pelas unidades de engenharia ou manutenção do Tribunal.

**21.6.5.** A existência de pendências físicas de pequeno porte ou irregularidades que não ofereçam risco iminente à saúde pública, ao meio ambiente ou à segurança do trabalho, não autoriza a Contratada a suspender ou retardar o início da prestação dos serviços.

**21.6.6.** O Laudo de Conformidade de Infraestrutura deverá ser entregue formalmente na **Reunião de Alinhamento** (conforme previsto no item 14.5), sendo sua apresentação condição necessária para a validação do cronograma definitivo de execução.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **22.1. Das Obrigações da Contratada**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**22.1.1.** Dar plena e fiel execução ao contrato, de acordo com a proposta apresentada e as normas legais vigentes, sendo integralmente responsável por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem ônus para o TJMA. A Contratada deverá observar rigorosamente os critérios de qualidade e segurança dos serviços a serem prestados;

**22.1.2.** A Contratada deverá fazer o acompanhamento quanto ao cumprimento de todas as obrigações previstas neste Termo de Referência;

**22.1.3.** Arcar com o pagamento de todas as despesas relativas a salários, encargos trabalhistas dos profissionais, bem como despesas de manutenção, consertos, reparos, combustível, higienização, desinfecção do veículo de transporte e aquisições de materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços objeto da contratação;

**22.1.4.** Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, taxas e outros encargos que incidirem sobre a prestação dos serviços;

**22.1.5.** Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

**22.1.6.** Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente, contendo descrição detalhada dos serviços, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;

**22.1.7.** Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;

**22.1.8.** Os acessórios e ferramentas empregados pelos técnicos na execução dos serviços



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e legislação específica para o equipamento, se houver;

**22.1.9.** Realizar os serviços com fiel observância das disposições previstas neste Termo de Referência e demais documentos que integram o Contrato;

**22.1.10.** Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

**22.1.11.** Apresentar a documentação necessária para o "Atesto" da Nota Fiscal de Serviços, incluindo Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada, Certidão de regularidade junto ao INSS e ao FGTS, e comprovação de regularidade fiscal junto ao fisco federal, estadual e municipal do domicílio da sede;

**22.1.12.** Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato;

**22.1.13.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia anuência do CONTRATANTE;

**22.1.14.** Comunicar ao CONTRATANTE qualquer impedimento que interfira no andamento dos serviços;

**22.1.15.** Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito, força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua incidente para avaliação da CONTRATANTE. Eventuais valores devidos pela CONTRATADA à CONTRATANTE poderão ser descontados de pagamentos pendentes ou vincendos;

**22.1.16.** Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás necessários à execução dos serviços;

**22.1.17.** Fornecer bombonas de acondicionamento nas unidades nas quantidades e capacidades definidas conforme **Tabela 3 do item 7.8**;

**22.1.18.** A Contratada deverá não possuir inscrição no cadastro de empregados flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004. Da mesma forma, não deverá ter sido condenada, bem como seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgou o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e nº 105;

**22.1.19.** É vedado ter no quadro de funcionários da CONTRATADA empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Deve ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**22.1.20.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

**22.1.21.** Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas aos serviços prestados;

**22.1.22.** Apresentar Certificado de Destinação Final (CDF) emitido no Sistema Nacional de Informação sobre Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR (Portaria nº 280 de 29/06/2020, Ministério do Meio Ambiente);

**22.1.23.** Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde detalhando as etapas do manejo dos resíduos, desde a coleta até a disposição final, conforme as diretrizes da Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA, obedecendo a NR 9;

**22.1.24.** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, Plano de Contingência atualizado para situações de emergência e acidentes. O referido Plano deverá ser elaborado e assinado por Profissional de Nível Superior com competência legal reconhecida por seu respectivo Conselho de Classe para a gestão de resíduos, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Anotação de Função Técnica (AFT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), devidamente registrados.

**22.1.25.** A CONTRATADA deverá capacitar seus funcionários para enfrentar situações de emergência e acidentes, e implementar as medidas previstas, conforme estabelecido no Plano de Contingência apresentado;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

**22.1.26.** Proceder pesagem dos resíduos no ato do recolhimento, na unidade geradora, sob a observação do Fiscal Técnico, para emissão do MTR - SINIR;

**22.1.27.** A CONTRATADA deverá assegurar a exatidão entre o peso aferido no momento da coleta (informado no MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos) e o peso registrado no recebimento pela unidade de tratamento/destinação final (informado no CDF – Certificado de Destinação Final).

**22.1.28. Margem de Tolerância:** Será admitida uma variação máxima de **5%** entre o peso do MTR e o peso do CDF, a título de perda de umidade ou calibração de balanças.

**a) Divergências Superiores:** Caso a diferença exceda a margem estabelecida, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica por escrito em até **48 horas** após a emissão do CDF.

**b) Rastreabilidade:** A CONTRATADA deve manter à disposição da CONTRATANTE os comprovantes de calibração das balanças utilizadas, certificados pelo INMETRO ou órgão delegado.

**22.1.29.** É de inteira responsabilidade da contratada a manutenção e verificação diária de seu endereço eletrônico, para acompanhamento das notificações do TJMA;

**22.1.30.** Cumprir as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego em matéria de saúde, segurança e higiene do trabalho;

**22.1.31.** Alertar o TJMA quanto à subsistência de riscos labor-ambientais que tenham sido



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

identificados nos espaços físicos da contratante;

**22.1.32.** Cumprir integralmente a legislação trabalhista , previdenciária e de saúde e segurança do trabalho aplicável;

**22.1.33.** Comunicar imediatamente ao TJMA quaisquer acidentes ou incidentes ocorridos com seus trabalhadores nos espaços físicos da contratante;

**22.1.34.** Capacitar regularmente seus trabalhadores em saúde, segurança e prevenção de riscos laborais;

**22.1.35.** Comprovar atualização da Carteira de Vacinação contra Hepatite B e Difteria e Tétano (dT), para os motoristas envolvidos na execução dos serviços.

**22.2. Das Obrigações da Contratante**

**22.2.1.** Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura;

**22.2.2.** Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os serviços serão executados;

**22.2.3.** Disponibilizar à CONTRATADA as normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;

**22.2.4.** Acompanhar cronograma de coleta para fins de controle e fiscalização;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**22.2.5.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**22.2.6.** Comunicar à CONTRATADA qualquer fato que implique no ajuste do valor da fatura ou que inviabilize a atestação da prestação do serviço;

**22.2.7.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato;

**22.2.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a boa execução contratual;

**22.2.9.** Comunicar à CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade grave verificada na execução do objeto;

**22.2.10.**

Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**22.2.11.** Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as incidentes de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

**22.2.12.** Alterar, mediante Termo Aditivo, o escopo contratual previsto neste Termo de Referência (e seus anexos), sempre no sentido de melhor atender ao interesse público



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

tutelado na contratação e observados os limites legalmente fixados, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**22.2.13.** Cumprir e fazer cumprir todas as demais disposições contidas neste Termo de Referência (e seus anexos);

**22.2.14.** Emitir Manifesto de Transporte de Resíduos MTR no SINIR, conforme Portaria nº 280 de 29/06/2020, Ministério do Meio Ambiente.

## **23. DA GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com as atribuições definidas na RESOL - GP - 1082024, de 18 de outubro de 2024 e no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

**23.1. Designação de Funções:** Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do contrato, o contratante designará, por portaria específica, servidores para executar as seguintes funções:

**a) Gestor do Contrato:** coordena as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros. A gestão do referido contrato ficará sob a responsabilidade da Coordenadora de Saúde do TJMA, **Camila Cruz Serra Pinto Buna**, matrícula 105114, ou substituto legal;

**b) Fiscal Técnico:** acompanha os aspectos administrativos contratuais quanto às



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, reajustes, repactuações, garantia de execução contratual e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento. A fiscalização ficará sob a responsabilidade da servidora **Alessandra de Jesus Pinheiro Mendes**, Assistente I da Coordenadoria de Saúde, matrícula: 100982, tendo como substituta a servidora **Mariana Cunha Gusmão**, Analista Judiciária – Enfermeira, matrícula:102921;

**c) Fiscal Administrativo:** acompanha o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa. A fiscalização técnica ficará sob a responsabilidade do Chefe da Divisão Odontológica do TJMA, servidor **Rafael Silva Santos**, matrícula 140566, tendo como substituto o servidor **Carlos Eduardo Pereira Simões**, matrícula 138800;

**d) Fiscal Setorial:** a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade do servidor indicado pela autoridade competente daquela unidade, conforme Art. 19, IV e 24 do Decreto 11.246, de 27 de outubro de 2022;

**d.1) Divisão Odontológica do TJMA,** a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade do servidor indicado pelo Chefe da Divisão Odontológica, conforme Art. 19, IV e 24 do Decreto 11.246, de 27 de outubro de 2022.

**d.2) Divisão Médica e Odontológica do Fórum Desembargador Sarney Costa,** a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da pessoa que estiver exercendo o cargo de Chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum Desembargador Sarney Costa ou seu substituto legal;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**d.3) Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa**, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da pessoa que estiver exercendo o cargo de Chefe do Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa ou seu substituto legal;

**d.4) Casa da Criança “Menino Jesus”**, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da pessoa que estiver exercendo o cargo de Chefe da Casa da Criança do TJMA ou seu substituto legal;

**d.5) Setor Médico do Fórum Desembargador Raimundo Freire Cutrim (Comarca de Imperatriz)**, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade do servidor indicado pela autoridade competente daquela unidade, conforme Art. 19, IV e 24 do Decreto 11.246, de 27 de outubro de 2022.

**d.6) Coordenadoria de Saúde**, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da servidora **Kerly Dyana de Freitas Silva**, matrícula 131797;

## **23.2. Atribuições e Responsabilidades:**

**23.2.1.** As atribuições do gestor e do fiscal do contrato são aquelas definidas na Resolução – GP nº 108/2024, bem como todas as demais necessárias para a fiel execução contratual;

**23.2.2.** A fiscalização do contrato exercida pelo TJMA não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios. Sua incidente não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em consonância com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

**23.2.3.** Se necessário, o gestor e o fiscal do contrato serão auxiliados pelos órgãos de



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

assessoramento jurídico e de controle interno, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

### **23.3. Do Protocolo de Comunicação:**

**23.3.1.** As comunicações relativas ao acompanhamento das notificações do TJMA e à execução do contrato deverão ser feitas preferencialmente por ferramentas de comunicação digital;

**23.3.2.** A CONTRATADA, por ocasião do oferecimento da proposta final, deverá informar, além dos dados de qualificação, contatos eletrônicos válidos, visando agilidade nas comunicações necessárias, tais como: endereço de correspondência eletrônica (e-mail) e número de aplicativo de mensagens, identificando o aplicativo a que se refere;

**23.3.3.** É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a manutenção e verificação diária de seu endereço eletrônico, bem como dos aplicativos de mensagens de seu domínio, para se certificar das mensagens que lhe forem endereçadas;

**23.3.4.** Para fins dos prazos decorrentes da contratação, consideram-se como recebidas, independentemente de confirmação, as comunicações e notificações realizadas através dos contatos eletrônicos informados;

**23.3.5.** As mensagens enviadas ao endereço eletrônico da Contratada, inclusive as de encaminhamento da nota de empenho e demais, se não forem confirmada o recebimento, serão consideradas lidas em 48 (quarenta e oito) horas após o envio, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente a contagem do prazo para a entrega do material.



## 24. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

**24.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), nos termos do item 1 do Anexo VIII – A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, conforme modelo previsto no **Anexo I** deste Termo de Referência. Deverá haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da Instrução Normativa supra, sempre que a CONTRATADA:

**24.1.1.** Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**24.1.2.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

**24.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

**24.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios específicos estabelecidos no **Anexo I**.

## 25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**25.1.** O objeto do contrato será recebido em duas etapas:

**a) Provisoriamente:** De forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em **até 5 (cinco) dias úteis** após a entrega dos serviços.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**b) Definitivamente:** Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório.

## **25.2. Rejeição do Objeto**

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

## **25.3. Processo de Recebimento Provisório**

O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devidamente preenchido pelo fiscal setorial.

## **25.4. Inspeção Minuciosa**

A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados com a finalidade de verificar a adequação dos serviços com as especificações constantes neste termo.

## **25.5. Avaliação para Recebimento Provisório**

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### **25.5.1. Processo de Recebimento Definitivo**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**25.5.1.1.** No prazo de até **5 (cinco) dias úteis** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

**25.5.1.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização;

**25.5.1.3.** Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

## **25.6. Responsabilidade Pós-Recebimento**

O recebimento provisório ou definitivo não libera a contratada dos vícios de qualidade ou quantidade que não possam ser claramente visualizados desde logo, porque estão ocultos ou porque surgiram somente após a inspeção da Administração.

## **25.7. Emissão de Nota Fiscal**

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

## **26. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

### **26.1. Prazo para Apresentação de Nota Fiscal**

A Nota Fiscal somente deverá ser apresentada para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo.



## 26.2. Descontos

O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente aos descontos calculados no Instrumento de Medição de Resultado, devidamente atestado por ambas as partes.

## 26.3. Liquidação da Despesa

A liquidação da despesa ocorrerá com base na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, observando-se os termos do contrato e a conformidade dos serviços prestados.

## 26.4. Análise e Ateste no SIGEF

Recebida a nota fiscal, o fiscal do contrato deverá proceder à análise, ateste e certificação da Nota Fiscal no SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), observados os prazos do recebimento provisório e definitivo definidos no Termo de Referência e neste contrato.

## 26.5. Envio da Nota Fiscal para Pagamento

A nota fiscal deverá ser enviada para pagamento até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente à sua emissão, conforme disposto na PORTARIA – TJ – 21242023, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICA ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais e documentação complementar, quando for o caso.

## 26.7. Prazo e Forma de Pagamento



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da realização da prestação do serviço, à vista da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

#### **26.8. Emitente da Nota Fiscal**

A Nota Fiscal deverá ser expedida em nome da Unidade Orçamentária que constar na nota de empenho.

#### **26.9. Retenção Tributária**

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### **26.10. Devolução de Nota Fiscal Irregular**

A Nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, neste contrato ou com qualquer circunstância que desaconselha o pagamento, será devolvida à CONTRATADA, com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

#### **26.11. Simples Nacional**

A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **27. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 1/04/2021, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais:

### **27.1. Impedimento de Licitar e Contratar com o TJMA**

A licitante ou contratada que se enquadrar nas condutas a seguir, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), pelo prazo máximo de 03 (três) anos:

**I** – dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**II** – dar causa à inexecução total do contrato.

**III** – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

### **27.2. Declaração de Inidoneidade**

Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

(seis) anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, quando praticar as seguintes infrações:

- I** – aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o TJMA, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;
- II** – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- III** – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- IV** – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- V** – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção).

### **27.3. Processo de Inidoneidade**

A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida da análise jurídica prevista no § 6º do art. 156 da Lei 14.133, de 1/04/2021, e deverá seguir os trâmites descritos no art. 6º da Resolução – GP nº. 83, de 13/08/2024.

### **27.4. Multa Moratória**

A multa moratória e a sanção pecuniária serão impostas à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I** – 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**II** – 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**III** – 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**IV** – após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

## **27.5. Limites da Multa**

O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 1/04/2021.

## **27.6. Atraso Injustificado**

Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.



## 27.7. Acúmulo de Sanções

A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato e na Resolução – GP nº. 83, de 13/08/2024.

## 27.8. Multa em Caso de Atraso Parcial

Caso a contratada entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue.

## 27.9. Ordem de Recolhimento da Multa

Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:

- I – descontado dos pagamentos devidos pela Administração;
- II – recolhido à conta bancária informada à contratada pelo TJMA, mediante apresentação do respectivo comprovante;
- III – descontado do valor da garantia prestada.

## 27.10. Cobrança e Execução da Garantia

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, conforme disposto no art. 21, §1º e 2º, da Resolução – GP nº 83, de 13 de



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

agosto de 2024, e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder com o pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.

### **27.11. Multa Compensatória**

A multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJMA rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

### **27.12. Atraso Crítico na Execução**

Caso o atraso na execução do objeto alcance 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a unidade gestora.

### **27.13. Inexecução Parcial do Objeto**

A inexecução parcial do objeto do contrato resultará na aplicação de multa de 20% sobre o valor da parcela não cumprida. Os termos e parâmetros serão definidos no edital ou no contrato, em conformidade com o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e o § 1º do Art. 3º da Resolução – GP nº 83/2024.

### **27.14. Inexecução Total do Objeto**

A inexecução total do objeto do contrato implicará a aplicação de multa de 30% sobre o valor



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

total do contrato. Os termos e parâmetros serão definidos no edital ou no contrato, observando o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e o § 1º do Art. 3º da Resolução – GP nº 83/2024.

#### **27.15. Não Cumulatividade de Multas**

As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas. Esta disposição não se confunde com a situação descrita no § 4º do Art. 20 da Resolução – GP nº 83/2024.

#### **27.16. Exigibilidade da Multa Compensatória**

O TJMA exigirá o pagamento da multa compensatória independentemente da comprovação de prejuízos, conforme previsto no Art. 416 do Código Civil.

#### **27.17. Cobrança de Perdas e Danos**

A aplicação da multa compensatória não impede a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

#### **27.18. Cumulatividade com Outras Sanções**

A penalidade de multa compensatória poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 3º da Resolução – GP nº 83/2024, respeitadas as ressalvas do parágrafo único do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021 e dos §§ 3º e 4º do Art. 20 da Resolução – GP nº 83/2024.

#### **27.19. Processo de Responsabilização**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

A aplicação de quaisquer sanções será precedida de regular processo de responsabilização, conduzido em observância às regras da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução – GP nº 83/2024, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

## **27.20. Do Tratamento e da Proteção de Dados Pessoais**

A CONTRATADA obriga-se a cumprir a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº 13.709/2018 e a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Deverá também observar as determinações do Conselho Nacional de Justiça, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução – GP nº 13/2021) e da Portaria GP 224/2024 – TJMA.

## **28. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**28.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

**28.1.1.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**28.1.2.** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica do licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo Pregoeiro.



## 28.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

### 28.2.1. Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DA EMPRESA:

Para fins de habilitação técnica, a licitante arrematante deve apresentar, na forma e nos prazos indicados no edital, os seguintes documentos de comprovação quanto à capacidade técnica:

**I) Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

**II)** A licitante deve **disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados** apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços e outros que se fizerem pertinentes.

**III)** No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, **não serão acolhidos aqueles emitidos por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante**, sua subsidiária, controlada ou controladora, e por empresa na qual haja pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da licitante.

**IV)** Todas as informações citadas acima deverão **constar de forma explícita no(s) Atestado(s)**, o(s) qual(is) estará(ão) passível(is) de diligência, caso seja do entendimento do pregoeiro, a fim de aclarar os fatos.



#### 28.2.1.1. Serviços Contínuos e Quantitativo Mínimo

Considerando que o objeto deste certame trata-se de serviço contínuo, nos termos do Art. 67, § 5º da Lei nº 14.133/2021, solicita-se **atestado(s), certidão(ões) e/ou declaração(ões) de capacidade técnico operacional**, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa tenha prestado serviço compatível com as características e quantidades de, no mínimo, **30% (trinta por cento) do total previsto para a prestação do serviço, por um prazo mínimo de 01 (um) ano.**

#### 28.2.1.2. Somatório de Atestados e Aceitabilidade

Será admitido o **somatório de atestados, certidões e/ou declarações para comprovar a capacidade técnica**, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos contratos. Serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, quando será aceito apenas mediante a apresentação do contrato.

#### 28.2.1.3. Atestados de Matriz ou Filial

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da **matriz ou da filial da CONTRATADA.**

#### 28.2.1.4. Disponibilização de Informações

O prestador de serviço disponibilizará **todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados**, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **28.2.1.5. Somatório de Atestados Concomitantes**

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a **apresentação e o somatório de diferentes atestados, certidões e/ou declarações executados de forma concomitante.**

#### **28.2.2. Quanto às LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES LEGAIS (Capacidade Técnica Específica):**

**I – Licença de Operação (LO), válida,** emitida pelo órgão ambiental competente, **em nome da proponente,** que autorize as **atividades de coleta e transporte** de resíduos perigosos, nos termos da Resolução do CONAMA nº 237/1997;

**a)** Caso a Licença de Operação (LO) esteja fora da validade, será exigida a **comprovação de requerimento de renovação da licença** respeitando o prazo de antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (conforme § 4 Art. 18 da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997).

**II – Licença de Operação (LO), válida,** expedida pelo órgão competente, **em nome da proponente,** que contemple o **tratamento e destinação final** de resíduos de serviços de saúde, nos termos das Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e CONAMA nº 358/2005;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

a) Caso a Licença de Operação (LO) esteja fora da validade, será exigida a **comprovação de requerimento de renovação da licença** respeitando o prazo de antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (conforme § 4 Art. 18 da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997).

**III – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)** da empresa, que contemple as atividades objeto desta contratação, de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 13/2021 do IBAMA;

**IV – Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA)**, do responsável técnico, junto ao IBAMA, conforme disposto na Instrução Normativa nº 12/2021 do IBAMA;

**V – Alvará de Funcionamento;**

**VI – Alvará Sanitário** – emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

**VII – Comprovante de Cadastro no SINIR;**

### 28.2.3. Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

**I – Certidão ou inscrição de registro da empresa junto ao Conselho de Classe Profissional**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

que possua competência legal sobre a atividade principal do objeto (Conselho Regional de Engenharia - CREA, Conselho Regional de Química - CRQ ou outro conselho profissional que possua competência legal para fiscalizar atividades de gestão e tratamento de resíduos de serviços de saúde), em plena validade.

**II - Declaração de Disponibilidade de Responsável Técnico:** A licitante deverá apresentar declaração formal de que disponibilizará para a execução do objeto, no momento da assinatura do contrato, no mínimo, **01 (um) Responsável Técnico de nível superior**, devidamente registrado no conselho de classe competente (CREA, CRQ ou outro com atribuição legal), com jurisdição no local da prestação de serviço e atribuições para o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

**a)** A comprovação do vínculo profissional entre a licitante e o Responsável Técnico indicado deverá ser apresentada após a fase de lances, pelo licitante classificado em primeiro lugar, quando solicitado pelo Agente de Contratação, podendo ser feita mediante:

1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
2. Contrato de prestação de serviços (autônomo), sem necessidade de exclusividade;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

3. Contrato Social ou Ata de Eleição (no caso de sócio ou dirigente);
4. Declaração de contratação futura, **assinada por ambas as partes.**

**28.2.4. Quanto à ESTRUTURA OPERACIONAL MÍNIMA:**

**I – Declaração de Disponibilidade de Frota:** Declaração formal de que a licitante possui, ou possuirá até a data de início da execução contratual, veículos adequados para coleta e transporte externo de resíduos perigosos, os quais deverão apresentar os respectivos Certificados de Inspeção Veicular (CIV) válidos, em conformidade com a Portaria nº 127/2022 do INMETRO.

**a)** A comprovação física dos CIVs deverá ser apresentada após a fase de lances, pelo licitante classificado em primeiro lugar, quando solicitado pelo Agente de Contratação.

**II – Declaração de Capacidade de Equipe Operacional:** Declaração de que a licitante disponibilizará, para a execução do contrato, motoristas devidamente qualificados, que atendam aos seguintes requisitos: Habilitação compatível (Categorias C, D ou E) com o tipo e peso do veículo utilizado, idade mínima de 21 anos, certificação em curso MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) atualizado e averbado na CNH, CNH em situação de plena validade (não suspensa ou cassada) e vínculo profissional regular.

**a)** A comprovação do vínculo profissional entre a licitante e os motoristas indicados deverá



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

ser apresentada após a fase de lances, pelo licitante classificado em primeiro lugar, quando solicitado pelo Agente de Contratação, podendo ser feita mediante:

1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
2. Contrato de prestação de serviços;
3. Declaração de contratação futura, **assinada por ambas as partes.**

**28.2.5. Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

A CONTRATADA deverá apresentar qualificação econômico-financeira, comprovada pelos seguintes documentos, conforme Art. 2º da Portaria TJMA 3444/2024:

**I. Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE)** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, extraídos do livro diário. É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. Os documentos devem ser assinados por contador ou outro profissional habilitado na área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**II. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**III. Certidão Negativa de Efeitos de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



IV. Em caso de **certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial**, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, conforme Art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

#### 28.2.5.1. Indicadores Financeiros

A situação financeira da licitante interessada pode ser comprovada mediante a obtenção dos seguintes indicadores:

I. **Liquidez Geral (LG)** = (ativo circulante + realizável a longo prazo) ÷ (passivo circulante + passivo não circulante);

II. **Solvência Geral (SG)** = (ativo total) ÷ (passivo circulante + passivo não circulante);

III. **Liquidez Corrente (LC)** = (ativo circulante) ÷ (passivo circulante);

IV. **Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro** = (ativo circulante - passivo circulante);

V. **Patrimônio Líquido (PL)**.

#### 28.2.5.2. Adaptação dos Indicadores

Os indicadores de qualificação econômico-financeira descritos nos incisos I a V do Art. 3º da Portaria TJMA 3444/2024 podem ser **adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados importantes** para a contratação, observando o disposto no Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

### 28.2.5.3. Habilitação de Consórcio

Para fins de habilitação econômico-financeira de **consórcio de empresas**, o cálculo dos indicadores será realizado a partir do somatório dos valores das contas contábeis sintéticas de cada consorciado.

### 28.2.5.4. Comprovação adicional de patrimônio líquido

Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual da proposta do grupo ao qual estiver concorrendo, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, na forma da lei, admitida sua atualização por índices oficiais.

### 28.2.5.5. Empresas Recém-Constituídas

As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão **substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura**.

### 28.2.5.6. Demonstrações Contábeis para Empresas com Menos de 2 Anos

O Balanço Patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao **último exercício** no caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

## 28.3. Os documentos de comprovação de qualificação técnica dos profissionais e das



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

entidades, bem como o vínculo com a licitante, deverão ser apresentados pela licitante classificada em primeiro lugar, no prazo fixado pelo Agente de Contratação, durante a fase de análise da documentação de habilitação, sob pena de inabilitação.

## **29. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**29.1.** O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze)** meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O contrato poderá ser prorrogado, observado o limite de **10 (dez)** anos, em conformidade com o Art. 106 e Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **30. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**30.1.** As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência;

**30.2.** Fica estabelecido o foro da Cidade de São Luís para dirimir quaisquer controvérsias que não puderem ser solucionadas de forma consensual. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, tomando como base a Lei nº 14.133/2021;

**30.3.** Qualquer documento redigido em língua estrangeira, juntado ao processo, deverá estar acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado, consoante o Art. 13 da Constituição Federal; Art. 22, § 1º, da Lei nº 9.784/1999; Art. 224 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil); Art. 192 e parágrafo único da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e Art. 148 da Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos);



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**30.4.** De acordo com a Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ficam as PROPONENTES cientificadas de que é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.



## ANEXO I – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

### 1. DA DEFINIÇÃO

**1.1.** Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas;

**1.2.** Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Termo de Referência e de seus demais anexos;

### 2. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO

**2.1.** Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio dos indicadores abaixo, além dos demais itens obrigatórios constantes nas cláusulas deste Termo de Referência;

CONCEITO DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS		
MÓDULOS	ITENS AVALIADOS	
A	Prazo	Cumprimento do cronograma de recolhimento dos resíduos nos dias e horários pré-determinados;
B	Quantidade	Realiza a pesagem no ato de recolhimento, no local, para consequente emissão de MTR SINIR
C	Qualidade	Houve derramamento de resíduos durante a coleta ou transporte interno
D	Materiais	D1 - Fornece recipientes na quantidade e capacidade adequadas à unidade (bombonas e sacos plásticos) em número suficiente para o armazenamento
		D2 - Fornece bombonas devidamente íntegras, limpas e revestidas com sacos plásticos
E	Veículos	A empresa disponibiliza de veículos apropriados, compatíveis com as características dos resíduos, e que atendam as normas vigentes, tais como NBR 12.810, NBR 14.652 da ABNT e NBR 7500
F	Equipe	F1 - Os funcionários da contratada devidamente uniformizados e com crachá de identificação
		F2 – A empresa disponibiliza regularmente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os profissionais fazem uso adequado dos mesmos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

G	Comunicação	G1 – Apresenta Comprovação de Destinação Final (CDF) dos resíduos coletados G2 – Atende as solicitações contratuais dentro dos prazos contratados.
---	-------------	---

**2.2.** Aos indicadores serão atribuídos pontos, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo;

**2.3.** Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços;

**2.4.** A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada;

**2.5.** As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

**Tabela I do IMR – CRITÉRIOS E DESCRIÇÕES A SEREM AVALIADOS – preenchimento de responsabilidade do *Fiscal Setorial do Contrato***

<b>MÓDULO A – do prazo</b>		
<b>1. Cumprimento do cronograma de recolhimento dos resíduos nos dias e horários pré-determinados</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	
1 incidente	5	
2 incidentes	4	
3 incidentes	3	
4 ou mais incidentes	1	
<b>MÓDULO B – da quantidade</b>		
<b>2. Realiza a pesagem no ato de recolhimento, no local, para consequente emissão de MTR SINIR</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	
1 incidente	5	
2 incidentes	4	
3 incidentes	3	
4 ou mais incidentes	1	
<b>MÓDULO C – da qualidade</b>		
<b>3. Houve derramamento de resíduos durante a coleta ou transporte interno</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	
1 incidente	5	
2 incidentes	3	
3 incidentes	1	
4 ou mais incidentes	0	
<b>MÓDULO D – dos materiais</b>		
<b>D1. Fornece recipientes na quantidade e capacidade adequadas à unidade (bombonas e sacos plásticos) em número suficiente para o armazenamento</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

1 incidente	5	
2 incidentes	4	
3 incidentes	3	
4 ou mais incidentes	1	
<b>D2. Fornece bombonas devidamente íntegras, limpas e revestidas com sacos plásticos</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	
1 incidente	5	
2 incidentes	4	
3 incidentes	3	
4 ou mais incidentes	1	
<b>MÓDULO E – dos veículos</b>		
<b>E. A empresa disponibiliza de veículos apropriados, compatíveis com as características dos resíduos, e que atendam as normas vigentes, tais como NBR 12.810, NBR 14.652 da ABNT e NBR 7500</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	
1 incidente	5	
2 incidentes	4	
3 incidentes	3	
4 ou mais incidentes	1	
<b>MÓDULO F – da equipe</b>		
<b>F.1. Os funcionários da contratada devidamente uniformizados e com crachá de identificação</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	
1 incidente	5	
2 incidentes	4	
3 incidentes	3	
4 ou mais incidentes	1	
<b>F.2. A empresa disponibiliza regularmente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os profissionais fazem uso adequado dos mesmos.</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Avaliação</b>
Sem incidentes	10	
1 incidente	5	
2 incidentes	0	



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

3 incidentes	0	
4 ou mais incidentes	0	
<b>TOTAL DE PONTOS ATRIBUÍDOS</b>		<b>(máximo 80 pontos)</b>

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Fiscal Setorial da unidade



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

**Tabela II do IMR – CRITÉRIOS E DESCRIÇÕES A SEREM AVALIADOS –  
preenchimento de responsabilidade do *Fiscal Técnico do Contrato***

MÓDULO J – da comunicação		
G.1. Apresenta comprovação de destinação final dos resíduos coletados	Pontuação	Avaliação
Apresentou comprovação	10	
Não apresentou comprovação	0	
G.2. Atende às solicitações contratuais com celeridade	Pontuação	Avaliação
Cumpriu o prazo estabelecido	10	
Cumpriu parcialmente o prazo estabelecido	5	
Não cumpriu o prazo estabelecido	0	
TOTAL DE PONTOS ATRIBUÍDOS		(máximo 20 pontos)
Esta Tabela II do IMR será preenchida pelo <i>Fiscal Técnico do Contrato</i> .		

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Fiscal Técnico do Contrato



### 3. OBSERVAÇÕES E EXEMPLOS

- 3.1.** A **Tabela I do IMR** será preenchida pelo **Fiscal Setorial** de sua respectiva unidade;
- 3.2.** Quanto o grupo for formado por mais de uma unidade (GRUPO 1), o resultado será composto pela soma da avaliação de cada unidade dividida pelo nº de unidades (5);
- 3.3.** A **Tabela II do IMR** será preenchida pelo **Fiscal Técnico do Contrato**;
- 3.4.** O Resultado Final (RF) do IMR será composto pela soma das avaliações da **Tabela I** (máximo 80 pontos) e **Tabela II** (máximo 20 pontos).

#### 3.5. Exemplo:

UNIDADE I = Soma da avaliação 80

UNIDADE II = Soma da avaliação 70

UNIDADE III = Soma da avaliação 70

UNIDADE IV = Soma da avaliação 70

UNIDADE V = Soma da avaliação 80

Resultado =  $80+70+70+70+80 : 5 = 74$  pontos

Resultado da Tabela II =  $10+3 = 13$  pontos

Resultado das avaliações da Tabela I + Resultado da avaliação da Tabela II (máximo 20 pontos)

**Pontuação Total do Serviço** = RTab I + RTab II = 74 pontos + 13 pontos = 87 pontos

**Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço** - De 85 a 100 pontos - 100% do valor previsto.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria de Saúde

#### 4. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

**4.1.** As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima;

**4.2.** A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de **0 a 100 pontos**, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

**Pontuação Total do Serviço** = Pontos "indicador A" + Pontos "indicador B" + Pontos "indicador C" + Pontos "indicador D" + Pontos "indicador E" + Pontos "indicador F" + Pontos "indicador G"

**4.3.** Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de ajuste de nível de serviço
De 85 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 75 a 84 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 65 a 74 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 55 a 64 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 54 pontos	90% do valor previsto mais aplicação das sanções previstas no contrato (*)	0,90 + sanções previstas no contrato
(*)Para aplicação da multa acima estabelecida, será instaurado processo administrativo, onde será garantida a ampla defesa e contraditório.		
<b>Valor devido por ordem de serviço = (Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)</b>		

CAMILA CRUZ SERRA PINTO BUNA  
Coordenadora de Saúde  
Coordenadoria de Saúde  
Matrícula 105114



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Coordenadoria de Saúde**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 20/05/2026 14:37 (CAMILA CRUZ SERRA PINTO BUNA)



TR-COSAUDE - 72026 / Código: 2C05D3EE78  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

**Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.**  
**#ConsumoConsciente**

**ANEXO – III**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE XXXXXXXX nº XX/202X**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
XX/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA  
XXXXXXXXXX**

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado à Av. Pedro II, s/nº, Centro, Palácio “Clóvis Beviláqua”, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 05.288.790/0001-76, representado pelo seu Presidente o **Desembargador xxxxxx**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº xxx, portador da Carteira de Identidade nº xxx, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro e a **EMPRESA xxxxxxxxxxxxxx** CNPJ Nº xxxxxxxxxxxx, sediada à Rua xxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 20852/2026, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº xx/202X e em observância ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicadas à matéria, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Grupo 1			
Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde gerados nas unidades de São Luís – MA, com o armazenamento dos resíduos por meio de bombonas, as quais serão cedidas por comodato pela contratada			
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário

		<b>mensal</b>	<b>mensal</b>
1	Serviços de coleta e transporte, tratamento e disposição final dos resíduos hospitalares infectantes originados do Setor de Saúde do PJMA, gerados nas unidades localizadas na cidade de São Luís – MA: Coordenadoria de Saúde (COSAÚDE) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), da Divisão Odontológica do TJMA, da Casa da Criança “Menino Jesus”, Setor Médico e Odontológico do Fórum Desembargador Sarney Costa e do Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa.	01	R\$
<b>Grupo 2</b> <b>Prestação de serviços especializados, de forma contínua e ininterrupta, de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde gerados na unidade de Imperatriz – MA, com o armazenamento dos resíduos por meio de bombonas, as quais serão cedidas por comodato pela contratada.</b>			
2	Serviços de coleta e transporte, tratamento e disposição final dos resíduos hospitalares infectantes originados do Setor de Saúde do PJMA, gerados nas unidades localizadas na cidade de Imperatriz – MA: Setor Médico do Fórum da Comarca de Imperatriz.	01	R\$

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, observado o limite de 10 (dez) anos, em conformidade com o Art. 106 e Art. 107 da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O regime de execução será por empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

4.1. O valor total para o objeto deste Contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxx, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

Unidade Orçamentária	
Função	
Subfunção	
Programa	
Projeto Atividade	
Natureza de Despesa	

5.2. A Nota fiscal deverá ser emitida em nome do xxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxx, conforme Nota de Empenho.

5.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA SEXTA– DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. A presente contratação tem por finalidade a prestação contínua dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde classificados nos Grupos A (infectantes/biológicos), B (químicos) e E (perfurocortantes), gerados no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão;

6.1.1. A presente contratação tem por finalidade a prestação contínua dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde classificados nos Grupos A (infectantes/biológicos), B (químicos) e E (perfurocortantes), gerados no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão;

6.2. Do Laudo de Conformidade de Infraestrutura:

6.2.1. O Laudo de Conformidade de Infraestrutura é o documento técnico final, elaborado pela Contratada após a assinatura do contrato, que consolida as condições operacionais encontradas nas unidades de saúde do PJMA.

6.2.2. O Laudo deverá ser individualizado por unidade, detalhando obrigatoriamente:

- a) Condições de higiene, ventilação, iluminação e sinalização dos abrigos de resíduos;
- b) Integridade dos dispositivos de fechamento, contenção e drenagem;
- c) Viabilidade de manobra para carrinhos de coleta interna e acessibilidade para os veículos de transporte externo.

6.2.3. Eventuais não conformidades identificadas que possam onerar a execução ou exigir ajustes logísticos deverão ser descritas detalhadamente, acompanhadas das respectivas propostas de adequação técnica.

6.2.3.1. Ressalta-se que dificuldades estruturais passíveis de identificação visual durante a fase de vistoria técnica (item 21.3 do termo de referência) não poderão ser alegadas como fato superveniente para fins de reequilíbrio econômico-financeiro ou alteração da proposta de preços.

6.2.4. A Contratante analisará as adequações sugeridas, permanecendo sob sua responsabilidade a execução de reparos estruturais ou reformas, desde que validadas pelas unidades de engenharia ou manutenção do Tribunal.

6.2.5. A existência de pendências físicas de pequeno porte ou irregularidades que não ofereçam risco iminente à saúde pública, ao meio ambiente ou à segurança do trabalho, não autoriza a Contratada a suspender ou retardar o início da prestação dos serviços.

6.2.6. O Laudo de Conformidade de Infraestrutura deverá ser entregue formalmente na Reunião de Alinhamento (conforme previsto no item 14.5 do termo de referência), sendo sua apresentação condição necessária para a validação do cronograma definitivo de execução.

6.3. Etapas de gerenciamento de resíduos:

6.3.1. Manejo Interno: É de responsabilidade da CONTRATANTE, através das suas unidades geradoras, o correto trabalho de segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno e armazenamento externo, de forma a permitir a redução dos resíduos infectantes gerados.

6.3.2. Coleta e Transporte Externo: A coleta e transporte externos consistem na remoção dos resíduos de serviços saúde das unidades da Contratante até a unidade de tratamento e disposição final, de responsabilidade da CONTRATADA, através utilização de técnicas

que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.

6.3.3. Tratamento: A escolha do método de tratamento, de responsabilidade da CONTRATADA, dever ser compatível com a natureza do resíduo a ser tratado, objetivando a sua desinfecção e/ou neutralização, podendo ser utilizados processos manuais, mecânicos, físicos, químicos ou biológicos que alterem as características dos resíduos, objetivando a minimização do risco à saúde da população, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador. Os sistemas para tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005 e a RDC nº 222, de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente. A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá estar de acordo com a RDC nº 222 de 2018 e com a portaria 2.349 de 14 de setembro de 2017, para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final com os resíduos domésticos e públicos.

#### 6.4. Da Classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):

6.4.1. Para fins de atendimento ao objeto do certame, as classificações adotadas para os Resíduos de Serviços de Saúde são as definidas pela Resolução CONAMA nº 358/05 e pela RDC ANVISA nº 222/18, cujo teor define:

a) Grupo A (resíduos infectantes ou biológicos): possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

b) Grupo B (resíduos químicos/farmacêuticos): resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características. Sobras eventuais de medicamentos com prazo de validade ultrapassado e invólucros vazios de medicamentos. pequenos volumes poderão ser armazenados em local dentro da própria área de trabalho até que haja volume que justifique o custo com a coleta e o tratamento, respeitadas todas as condições inerentes às características destes resíduos.

c) Grupo E (materiais perfurocortantes ou escarificantes): lâminas, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório.


6.5. O armazenamento dos resíduos de saúde (RSS), deverá ser feito por meio de bombonas, cedidas por comodato pela contratada, obedecendo ao seguinte:

<b>Quantidade e capacidade de bombona por unidade geradora de RSS</b>		
<b>GRUPO 1 – Unidades geradoras de resíduos sólidos de saúde (RSS) em São Luís – MA</b>		
Local	Quantidade de Bombonas	Capacidade
Divisão Odontológica do TJMA	01	100 litros
Casa da Criança “Menino Jesus”	01	50 litros
Coordenadoria de Saúde do TJMA	01	30 litros
Laboratório Forense do Fórum Des. Sarney Costa	01	50 litros
Divisão Médica e Odontológica do Fórum Des. Sarney Costa	01	50 litros
<b>GRUPO 2 – Unidade geradora de resíduos sólidos de saúde (RSS) em Imperatriz – MA</b>		
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	01	50 litros

6.5.1. Caso a quantidade de recipientes disponibilizadas não seja compatível com a geração de resíduos, poderá ser solicitado recipiente adicional pela Contratante ou por sugestão da Contratada;

6.6. Área de abrangência dos serviços: Os serviços de coleta de resíduos de saúde deverão ser realizados nas seguintes unidades do PJMA:

<b>Área de Abrangência dos Serviços</b>	
<b>GRUPO 1 – Unidades geradoras de resíduos sólidos de saúde (RSS) em São Luís – MA</b>	
Local	Endereço
Divisão Odontológica do TJMA	Prédio Lauro Berredo (Anexo TJMA), Praça Dom Pedro II, Centro.
Casa da Criança “Menino Jesus”	Rua Inácio Xavier de Carvalho, s/n – São Francisco.
Coordenadoria de Saúde do TJMA	Centro Administrativo TJMA (anexo V), Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha.
Laboratório Forense do Fórum Des. Sarney Costa	Fórum Des. Sarney Costa, Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>20852/2026</b></p>
---	--	--

Divisão Médica e Odontológica do Fórum Des. Sarney Costa	Fórum de Des. José Sarney, Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau.
<b>GRUPO 2 – Unidade geradora de resíduos sólidos de saúde (RSS) em Imperatriz – MA</b>	
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	Avenida Perimetral José Felipe do Nascimento, Residencial Kubitschek

6.7. A coleta será realizada semanalmente e/ou mensalmente (a depender da unidade), nos pontos geradores estabelecidos conforme tabela abaixo:

<b>Periodicidade da coleta por unidade geradora</b>	
<b>GRUPO 1 – Unidades geradoras de resíduos sólidos de saúde (RSS) em São Luís – MA</b>	
Local	Quantidade
Divisão Odontológica do TJMA	01 vez por semana
Casa da Criança “Menino Jesus”	01 vez por mês
Coordenadoria de Saúde do TJMA	01 vez por mês
Laboratório Forense do Fórum Des. Sarney Costa	01 vez por semana
Divisão Médica e Odontológica do Fórum Des. Sarney Costa	01 vez por semana
<b>GRUPO 2 – Unidade geradora de resíduos sólidos de saúde (RSS) em Imperatriz – MA</b>	
Diretoria do Fórum Des. Raimundo Freire Cutrim	01 vez por mês

6.8. A coleta dos RSS nas unidades geradoras seguirá cronograma a ser estabelecido em reunião de alinhamento entre as partes;

6.9. A contratada deverá apresentar plano logístico que contemple todas as unidades geradoras, assegurando a regularidade da coleta mensal, com observância das exigências sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes a cada tipo de resíduo (Grupos A, B e E);

6.10. A contratada deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e o Plano de Contingência, devidamente atualizados e assinados por responsável técnico habilitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da Reunião de Alinhamento, como condição indispensável para o início efetivo da

prestação dos serviços.

6.11. A coleta regular de resíduos de saúde deverá ser executada nos dias e horários estabelecidos no cronograma, devendo toda vez ser retirado o total de lixo, não podendo ser deixado sobra para ser retirado em coleta seguinte;

6.12. Os dias e horários estabelecidos para a coleta poderão ser modificados durante o período da vigência do contrato, a depender da necessidade da Contratante e em acordo com a Contratada;

6.13. Os coletores deverão recolher, pesar e transportar os recipientes com o cuidado necessário para que não sejam danificados e evitar o derramamento de resíduos contaminados nas vias públicas;

6.14. Executar os serviços nos endereços citados e em perfeitas condições, nas quantidades informadas pela Contratante;

6.15. A Contratante deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador e classificação dos resíduos por categoria (grupo A, B ou E), informações da empresa transportadora e do local de disposição final.

6.16. A empresa Contratada deverá dispor de balança devidamente aprovada pelo INMETRO, para pesar, no ato da coleta, sob observação do fiscal setorial, os resíduos por grupos (A, B, E), para consequente preenchimento do MTR emitido pela contratante;

6.17. Em nenhuma hipótese a rotina de coleta poderá ser mudada sem autorização prévia do Contratante, haja vista que a rotina é feita para atender as necessidades do PJMA;

6.18. Dos materiais para armazenamento:

6.18.1. A CONTRATADA fornecerá bombonas, em cada uma das unidades geradoras de RSS, para armazenamento temporário, em regime de comodato, com identificação externa, conforme RDC 222/2018, em quantidade e capacidade de armazenamento conforme Tabela constante no 6.7., fabricada em material rígido (ex. polietileno de alta densidade), com tampa lacrável e removível, na cor preta ou azul, com certificado compulsório INMETRO/ no padrão ABNT, e revestidas por saco plástico constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeável;

6.18.2. As embalagens para a coleta de resíduos deverão ser entregues limpas e sem odor desagradável;

6.18.3. O primeiro fornecimento deve ser realizado em 02 (dois) dias úteis da emissão da ordem de serviço;

6.18.4. Caso a CONTRATANTE identifique, no ato da entrega ou durante o armazenamento, bombonas com vazamentos, fissuras, vedações violadas, sujidades externas/internas ou quaisquer deformidades que comprometam o uso, esta poderá recusar o recebimento ou solicitar a troca posterior.

a) Prazo para Troca: A CONTRATADA deverá realizar a substituição da(s) bombonas(s) irregular(es) no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da notificação (via e-mail ou mensagem);

b) Isenção de Ônus: Toda e qualquer substituição decorrente de padrões inadequados deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

c) Reincidência: A entrega recorrente de recipientes fora dos padrões poderá ser considerada infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na Cláusula de Penalidades.

6.19. Das condições de trabalho dos empregados:

6.19.1. A proponente deverá detalhar em sua metodologia de execução os procedimentos normais e de emergência, detalhando uniformização e EPI's a serem utilizados na prestação dos serviços;

6.19.2. É obrigatório o uso de uniformes e equipamentos conforme determinados na lei e normas que regem o serviço;

6.19.3. Os empregados da empresa Contratada, que exercerem atividades de coleta, deverão receber orientação e treinamento da CONTRATADA.

6.19.4. Todos os funcionários envolvidos na coleta deverão utilizar crachá com nome da empresa, nome, função e foto do profissional, para identificação imediata.

6.20. Dos veículos e transportes:

6.20.1. O transporte dos resíduos será feito em veículos apropriados, compatíveis com as características dos resíduos, e que atendam as normas NBR 12.810, NBR 14.652, NBR 7500 da ABNT e a RDC ANVISA nº 222/2018, obedecendo às seguintes regras:

a) O transporte de resíduos deve ser realizado em veículos adequados, sendo expressamente proibido o seu transporte simultâneo com pessoas, animais, alimentos, medicamentos ou produtos destinados ao consumo humano ou animal;

b) A coexistência de diferentes classes de resíduos no mesmo veículo só será admitida mediante comprovação de compatibilidade química e física, garantida a segregação que impeça a contaminação cruzada e assegure a integridade dos recipientes.

c) Os veículos e as áreas de transbordo deverão ser dotados de kits de emergência para contenção de derramamentos e higienização, contendo, no mínimo: pá, vassoura, rodo, sacos plásticos de reserva (compatíveis com a classificação do resíduo), serragem ou material absorvente, e solução desinfetante padronizada. A manutenção e o uso desses equipamentos devem seguir as orientações da NBR 12.810 e NBR 14.652, garantindo a pronta resposta a eventuais incidentes durante a coleta;

d) Veículos destinados ao transporte de resíduos infectantes (Grupo A) devem exibir obrigatoriamente, em locais visíveis nas laterais e na traseira, o símbolo de Risco Biológico conforme as especificações da NBR 7500. Além da sinalização de risco, o veículo deve portar os demais rótulos de risco e painéis de segurança exigidos pela legislação de transporte de produtos perigosos da ANTT e demais normas técnicas vigentes;

6.20.2. A descontaminação do veículo de transporte dos resíduos deverá ser realizada pela empresa CONTRATADA;

6.20.3. As operações de transporte deverão garantir a inviolabilidade das embalagens, a segurança do trabalhador envolvido e a preservação do meio ambiente;

6.21. Do Tratamento e do Destino Final:

6.21.1. A CONTRATADA deverá possuir unidade para armazenamento de resíduos até que seja dado o destino final, de acordo com normativas e legislações vigentes, e deverá fornecer certificado de destinação final - CDF, conforme Portaria nº 280 de 29/06/2020, do Ministério do Meio Ambiente.

6.21.2. Em observância ao princípio da responsabilidade solidária estabelecido na Lei nº 12.305/2010, qualquer indício de descarte irregular sujeitará a CONTRATADA à rescisão imediata do ajuste e à execução da garantia contratual para fins de mitigação de danos ambientais, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

## 6.22. Do Protocolo de Comunicação:

6.22.1. As comunicações relativas ao acompanhamento das notificações do TJMA e à execução do contrato deverão ser feitas preferencialmente por ferramentas de comunicação digital;

6.22.2. A CONTRATADA, por ocasião do oferecimento da proposta final, deverá informar, além dos dados de qualificação, contatos eletrônicos válidos, visando agilidade nas comunicações necessárias, tais como: endereço de correspondência eletrônica (e-mail) e número de aplicativo de mensagens, identificando o aplicativo a que se refere;

6.22.3. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a manutenção e verificação diária de seu endereço eletrônico, bem como dos aplicativos de mensagens de seu domínio, para se certificar das mensagens que lhe forem endereçadas;

6.22.4. Para fins dos prazos decorrentes da contratação, consideram-se como recebidas, independentemente de confirmação, as comunicações e notificações realizadas através dos contatos eletrônicos informados;

6.22.5. As mensagens enviadas ao endereço eletrônico da Contratada, inclusive as de encaminhamento da nota de empenho e demais, se não forem confirmada o recebimento, serão consideradas lidas em 48 (quarenta e oito) horas após o envio, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente a contagem do prazo para a entrega do material.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO E PROVISÓRIO**

7.1. O objeto do contrato será recebido em duas etapas:

a) Provisoriamente: De forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos serviços.

b) Definitivamente: Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

7.2. Rejeição do Objeto:

7.2.1. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

### 7.3. Processo de Recebimento Provisório:

7.3.1. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devidamente preenchido pelo fiscal setorial.

### 7.4. Inspeção Minuciosa:

7.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados com a finalidade de verificar a adequação dos serviços com as especificações constantes no termo de referência.

### 7.5. Avaliação para Recebimento Provisório:

7.5.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### 7.6. Processo de Recebimento Definitivo:

7.6.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização;

7.6.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

### 7.7. Responsabilidade Pós-Recebimento:

7.7.1. O recebimento provisório ou definitivo não libera a contratada dos vícios de qualidade ou quantidade que não possam ser claramente visualizados desde logo, porque estão ocultos ou porque surgiram somente após a inspeção da Administração.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), nos termos do item 1 do Anexo VIII – A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, conforme modelo previsto no Anexo I do Termo de Referência. Deverá haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da Instrução Normativa supra, sempre que a CONTRATADA:

8.1.1. Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

8.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios específicos estabelecidos no Anexo I do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

9.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

9.2. A Nota Fiscal somente deverá ser apresentada para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo.

9.3. O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente aos descontos calculados no Instrumento de Medição de Resultado, devidamente atestado por ambas as partes.

9.4. A liquidação da despesa ocorrerá com base na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, observando-se os termos do contrato e a conformidade dos serviços prestados.

9.5. Recebida a nota fiscal, o fiscal do contrato deverá proceder à análise, ateste e certificação da Nota Fiscal no SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), observados os prazos do recebimento provisório e definitivo definidos no Termo de Referência e neste contrato.

9.6. A nota fiscal deverá ser enviada para pagamento até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente à sua emissão, conforme disposto na PORTARIA – TJ – 2124/2023, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICA ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais e documentação complementar, quando for o caso.

9.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da realização da prestação do serviço, à vista da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

9.8. A Nota Fiscal deverá ser expedida em nome da Unidade Orçamentária que constar na nota de empenho.

9.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.10. A Nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, neste contrato ou com qualquer circunstância que desaconselha o pagamento, será devolvida à CONTRATADA, com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

9.11. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.12. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o encargo moratório devido pelo CONTRATANTE entre a data prevista e a do efetivo pagamento será calculado mediante a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VR$$

EM = Encargo Moratório

$$I = (TX/100) / 365$$

TX = taxa, correspondente a 6% (seis por cento)

N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento

VR = Valor do serviço executado

9.13. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação. Esse fato não será gerador de direito a reajuste de preços ou a atualização monetária.

9.14. O TJMA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas.

9.15. O CONTRATANTE verificará se a nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) data de emissão;
- b) dados da CONTRATADA, do CONTRATANTE e do contrato de prestação de serviços;
- c) descrição do serviço contratado;
- d) período de execução do serviço;
- e) valor do serviço executado;
- f) valores das contribuições e tributos devidos e eventuais destaques relacionados aos seus recolhimentos.

9.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, sendo então o prazo para pagamento contado a partir da comprovação da regularização, sem acarretar qualquer ônus ao CONTRATANTE.

9.17. O valor do pagamento devido à CONTRATADA será apurado mensalmente, conforme especificado no Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

## **CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em 09/03/2026, conforme DESPACHO-CMEP-742026.

10.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido seja extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser adotado, será utilizado o que vier a lhe substituir, de acordo com a legislação em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA ONZE – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

11.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, assegurando-se a justa relação entre encargos e retribuição, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O reequilíbrio poderá ser requerido pela CONTRATADA ou promovido de ofício pela Administração, mediante comprovação da ocorrência de fatos que alterem a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

11.3. O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com documentação idônea, incluindo planilhas comparativas e documentos comprobatórios (notas fiscais, listas de preços, contratos ou equivalentes), que demonstrem objetivamente os impactos financeiros sobre o valor contratado.

11.4. O valor do contrato poderá ser alterado, com fundamento no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021, para restabelecer a equação econômico-financeira inicial, nas hipóteses de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, configurando álea extraordinária e extracontratual.

11.5. A análise do pedido restringir-se-á à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores do desequilíbrio, não abrangendo eventual recomposição da margem de lucro esperada, devendo a Administração emitir parecer técnico e jurídico fundamentado.

## **CLÁUSULA DOZE – OBRIGAÇÕES COMUNS ENTRE AS PARTES**

12.1. As partes se comprometem a conduzir suas atividades de maneira ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

12.2. As partes se obrigam a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus colaboradores (entendidos como afiliadas, acionistas, administradores, diretores, empregados, servidores, agentes ou eventuais subcontratados), as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como das demais normas que versem sobre atos de corrupção e ilícitos contra a Administração Pública.

12.3. As partes se comprometem a:

- a) abster-se de praticar quaisquer atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira;
- b) adotar políticas e procedimentos internos destinados a assegurar o integral cumprimento das normas de anticorrupção;
- c) dar ciência dessas normas aos profissionais que venham a atuar no âmbito deste contrato;
- d) comunicar imediatamente à outra parte a ocorrência ou suspeita de atos em desconformidade com tais normas, facultando à parte comunicada a adoção das providências cabíveis.

12.4. A CONTRATADA declara que, até a presente data, não é parte, nem tem conhecimento de que seus colaboradores sejam parte, em investigações, processos administrativos ou judiciais que tenham por objeto o descumprimento das normas de anticorrupção.

## **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura;

13.1.1. Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os serviços serão executados;

13.1.2. Disponibilizar à CONTRATADA as normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;

13.1.3. Acompanhar cronograma de coleta para fins de controle e fiscalização;

13.1.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

13.1.5. Comunicar à CONTRATADA qualquer fato que implique no ajuste do valor da fatura ou que inviabilize a atestação da prestação do serviço;

13.1.6. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

13.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a boa execução contratual;

13.1.8. Comunicar à CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade grave verificada na execução do objeto;

13.1.9. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.10. Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as incidentes de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

13.1.11. Alterar, mediante Termo Aditivo, o escopo contratual previsto no Termo de Referência (e seus anexos), sempre no sentido de melhor atender ao interesse público tutelado na contratação e observados os limites legalmente fixados, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.12. Cumprir e fazer cumprir todas as demais disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos;

13.1.13. Emitir Manifesto de Transporte de Resíduos MTR no SINIR, conforme Portaria nº 280 de 29/06/2020, Ministério do Meio Ambiente.

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Dar plena e fiel execução ao contrato, de acordo com a proposta apresentada e as normas legais vigentes, sendo integralmente responsável por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem ônus para o TJMA.

14.2. A Contratada deverá observar rigorosamente os critérios de qualidade e segurança dos serviços a serem prestados;

14.3. A Contratada deverá fazer o acompanhamento quanto ao cumprimento de todas as obrigações previstas no Termo de Referência;

14.4. Arcar com o pagamento de todas as despesas relativas a salários, encargos trabalhistas dos profissionais, bem como despesas de manutenção, consertos, reparos, combustível, higienização, desinfecção do veículo de transporte e aquisições de materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços objeto da contratação;

14.5. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, taxas e outros encargos que incidirem sobre a prestação dos serviços;

14.6. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

14.7. Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente, contendo descrição detalhada dos serviços, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;

14.8. Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;

14.9. Os acessórios e ferramentas empregados pelos técnicos na execução dos serviços deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e legislação específica para o equipamento, se houver;

14.10. Realizar os serviços com fiel observância das disposições previstas no Termo de Referência e demais documentos que integram o Contrato;

14.11. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

14.12. Apresentar a documentação necessária para o "Atesto" da Nota Fiscal de Serviços, incluindo Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada, Certidão de regularidade junto ao INSS e ao FGTS, e comprovação de regularidade fiscal junto ao fisco federal, estadual e municipal do domicílio da sede;

14.13. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato;

14.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia anuência do CONTRATANTE;

14.15. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer impedimento que interfira no andamento dos serviços;

14.16. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito, força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua incidência para avaliação da CONTRATANTE. Eventuais valores devidos pela CONTRATADA à CONTRATANTE poderão ser descontados de pagamentos pendentes ou vincendos;

14.17. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás necessários à execução dos serviços;

14.18. Fornecer bombonas de condicionamento nas unidades nas quantidades e capacidades definidas conforme Tabela 3 do item 7.8 do Termo de Referência;

14.19. A Contratada deverá não possuir inscrição no cadastro de empregados flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004. Da mesma forma, não deverá ter sido condenada, bem como seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código

Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgou o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e nº 105;

14.20. É vedado ter no quadro de funcionários da CONTRATADA empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Deve ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

14.21. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

14.22. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas aos serviços prestados;

14.23. Apresentar Certificado de Destinação Final (CDF) emitido no Sistema Nacional de Informação sobre Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR (Portaria nº 280 de 29/06/2020, Ministério do Meio Ambiente);

14.24. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde detalhando as etapas do manejo dos resíduos, desde a coleta até a disposição final, conforme as diretrizes da Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA, obedecendo a NR 9;

14.25. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, Plano de Contingência atualizado para situações de emergência e acidentes. O referido Plano deverá ser elaborado e assinado por Profissional de Nível Superior com competência legal reconhecida por seu respectivo Conselho de Classe para a gestão de resíduos, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Anotação de Função Técnica (AFT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), devidamente registrados.

14.26. A CONTRATADA deverá capacitar seus funcionários para enfrentar situações de emergência e acidentes, e implementar as medidas previstas, conforme estabelecido no Plano de Contingência apresentado;

14.27. Proceder pesagem dos resíduos no ato do recolhimento, na unidade geradora, sob a observação do Fiscal Técnico, para emissão do MTR – SINIR;

14.28. A CONTRATADA deverá assegurar a exatidão entre o peso aferido no momento da coleta (informado no MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos) e o peso registrado no recebimento pela unidade de tratamento/destinação final (informado no CDF – Certificado de Destinação Final).

14.29. Margem de Tolerância: Será admitida uma variação máxima de 5% entre o peso do MTR e o peso do CDF, a título de perda de umidade ou calibração de balanças.

a) Divergências Superiores: Caso a diferença exceda a margem estabelecida, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica por escrito em até 48 horas após a emissão do CDF.

b) Rastreabilidade: A CONTRATADA deve manter à disposição da CONTRATANTE os comprovantes de calibração das balanças utilizadas, certificados pelo INMETRO ou órgão delegado.

14.30. É de inteira responsabilidade da contratada a manutenção e verificação diária de seu endereço eletrônico, para acompanhamento das notificações do TJMA;

14.31. Cumprir as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego em matéria de saúde, segurança e higiene do trabalho;

14.32. Alertar o TJMA quanto à subsistência de riscos labor-ambientais que tenham sido identificados nos espaços físicos da contratante;

14.33. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho aplicável;

14.34. Comunicar imediatamente ao TJMA quaisquer acidentes ou incidentes ocorridos com seus trabalhadores nos espaços físicos da contratante;

14.35. Capacitar regularmente seus trabalhadores em saúde, segurança e prevenção de riscos laborais;

14.36. Comprovar atualização da Carteira de Vacinação contra Hepatite B e Difteria e Tétano (dT), para os motoristas envolvidos na execução dos serviços.

## **CLÁUSULA QUINZE – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia de execução, correspondendo **a 5% do valor anual do contrato**:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária;

c.1) A fiança-bancária deverá ser emitida por instituição financeira cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (Resolução BC 4.122, de 2/08/2012).

15.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) multas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

c) prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

d) obrigações trabalhistas e Previdenciárias não honradas pela CONTRATADA;

e) verbas trabalhistas rescisórias inadimplidas.

15.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do subitem 15.2, observada a legislação que rege a matéria.

15.4. O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

15.4.1. caso fortuito ou força maior;

15.4.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

15.4.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

15.4.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

15.5. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias, contado do primeiro dia útil após a divulgação do contrato no PNCP.

15.6. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

15.7. A inobservância dos prazos fixados nos subitens 14.5 e 14.6 para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.8. Nas modalidades de seguro-garantia ou fiança bancária, a garantia contratual deverá englobar a vigência do contrato mais 90 (noventa) dias, após o seu término.

15.9. Na modalidade de caução em dinheiro, o valor será atualizado monetariamente, de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição financeira em que for realizado o depósito. A liberação da quantia depositada ou do saldo remanescente ocorrerá 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

15.10. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

15.11. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

15.12. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 15.13.

15.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

15.14. Nos casos de prorrogação de vigência do prazo contratual, do prazo de execução, ou de aumento do valor do contrato, exigir-se-á da CONTRATADA, no momento da assinatura do Termo Aditivo correspondente, o endosso da garantia de que trata este item, que deverá ser apresentada no prazo de até 1 (um) mês, contado do primeiro dia útil após a divulgação do Termo Aditivo no PNCP.

15.14.1. Caso o endosso não seja apresentado no prazo de até 1 (um) mês, contado do primeiro dia útil após a divulgação no PNCP, será considerado atraso na entrega, mesmo que a apólice tenha sido emitida dentro do prazo exigido no contrato.

15.14.2. A inobservância do prazo para a entrega do endosso poderá acarretar aplicação de multa, nos termos do subitem 14.7.

15.15. No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao TJMA dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se ainda, a CONTRATADA a outras penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

15.16. O TJMA executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.16.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo TJMA quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

15.17. A garantia será considerada extinta:

I- com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II- com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 14.8, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

15.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

15.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJMA com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

15.20. A CONTRATADA autoriza o TJMA a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## **CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a CONTRATADA:

16.1.1. Será sancionada com advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.1.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a licitante ou CONTRATADA que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

II – dar causa à inexecução total do contrato.

III – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado

16.1.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

I – aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o TJMA, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

II – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

III – praticar ato fraudulento na execução do contrato;

IV – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

V – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.1.4. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida da análise jurídica prevista no § 6º do art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e deverá seguir os trâmites descritos no art. 6º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

16.1.5. A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I – 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II – 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

III – 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

IV – após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

16.1.6. O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento)

do valor do contrato e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.1.7. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela CONTRATADA de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

16.1.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato e na Resolução - GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

16.1.9. Caso a CONTRATADA entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue.

16.1.10. Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:

I – descontado dos pagamentos devidos pela Administração;

II – recolhido à conta bancária informada à CONTRATADA pelo TJMA, mediante apresentação do respectivo comprovante;

III – descontado do valor da garantia prestada.

16.1.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, conforme disposto no art. 21, §1º e 2º, da Resolução - GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024 e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder com o pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.

16.1.12. A multa compensatória será imposta à CONTRATADA que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJMA rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.1.13. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos neste contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

16.1.14. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, nos termos definidos neste contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

16.1.15. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas, situação que não se confunde com a descrita no § 4º do art. 20 da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

16.1.16. O TJMA exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

16.1.17. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

16.1.18. A penalidade de multa compensatória poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156 Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024, observadas as ressalvas do Art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e §§ 3º e 4º do art. 20, da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

16.1.19. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

## **CLÁUSULA DEZESSETE – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

17.1. Designação de Funções: Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do contrato, o contratante designará, por portaria específica, servidores para executar as seguintes funções:

- a) Gestor do Contrato: coordena as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros. A gestão do referido contrato ficará sob a responsabilidade da Coordenadora de Saúde do TJMA, Camila Cruz Serra Pinto Buna, matrícula 105114, ou substituto legal;
- b) Fiscal Técnico: acompanha os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, reajustes, repactuações, garantia de execução contratual e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento. A fiscalização ficará sob a responsabilidade da servidora Alessandra de Jesus Pinheiro Mendes, Assistente I da Coordenadoria de Saúde, matrícula: 100982, tendo como substituta a servidora Mariana Cunha Gusmão, Analista Judiciária – Enfermeira, matrícula: 102921;
- c) Fiscal Administrativo: acompanha o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa. A fiscalização técnica ficará sob a responsabilidade do Chefe da Divisão Odontológica do TJMA, servidor Rafael Silva Santos, matrícula 140566, tendo como substituto o servidor Carlos Eduardo Pereira Simões, matrícula 138800;
- d) Fiscal Setorial: a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade do servidor indicado pela autoridade competente daquela unidade, conforme Art. 19, IV e 24 do Decreto 11.246, de 27 de outubro de 2022;
- d.1) Divisão Odontológica do TJMA, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade do servidor indicado pelo Chefe da Divisão Odontológica, conforme Art. 19, IV e 24 do Decreto 11.246, de 27 de outubro de 2022.
- d.2) Divisão Médica e Odontológica do Fórum Desembargador Sarney Costa, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da pessoa que estiver exercendo o cargo de Chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum Desembargador Sarney Costa ou seu substituto legal;
- d.3) Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da pessoa que estiver exercendo o cargo de Chefe do Laboratório Forense do Fórum Desembargador Sarney Costa ou seu substituto legal;

d.4) Casa da Criança “Menino Jesus”, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da pessoa que estiver exercendo o cargo de Chefe da Casa da Criança do TJMA ou seu substituto legal;

d.5) Setor Médico do Fórum Desembargador Raimundo Freire Cutrim (Comarca de Imperatriz), a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade do servidor indicado pela autoridade competente daquela unidade, conforme Art. 19, IV e 24 do Decreto 11.246, de 27 de outubro de 2022.

d.6) Coordenadoria de Saúde, a fiscalização setorial ficará sob responsabilidade da servidora Kerly Dyana de Freitas Silva, matrícula 131797;

#### **17.2. Atribuições e Responsabilidades:**

17.2.1. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato são aquelas definidas na Resolução – GP nº 108/2024, bem como todas as demais necessárias para a fiel execução contratual;

17.2.2. A fiscalização do contrato exercida pelo TJMA não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios. Sua incidência não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em consonância com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

17.2.3. Se necessário, o gestor e o fiscal do contrato serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

### **CLÁUSULA DEZOITO – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei 13.709/2018)**

18.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº 13.709/2018 e a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Deverá também observar as determinações do Conselho Nacional de Justiça, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução – GP nº 13/2021) e da Portaria GP 224/2024 – TJMA.

### **CLÁUSULA DEZENOVE – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

19.1. A CONTRATADA deverá demonstrar e aplicar práticas de sustentabilidade social e ambiental na execução dos serviços, em consonância com os princípios da administração pública e a legislação ambiental e trabalhista vigentes, tais como:

19.2. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, RDC 222, de 28 /03/2018 – ANVISA;

19.3. Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados e armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR;

19.4. A coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT – NBR12.810/2016 e NBR14652/2013;

19.5. As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra;

19.6. A destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar à Lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes í¾

19.7. Os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal;

19.8. Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, com características de periculosidade, conforme Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento e disposição final específico;

19.9. Os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta, acondicionados em coletores estanques, rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, de acordo com a ABNT NBR 13853-1:2018, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica;

19.10. Os veículos utilizados na coleta de resíduos de serviços de saúde deverão ser submetidos a vistoria pelo órgão de controle ambiental, no ato do licenciamento;

19.11. É vedada a utilização de equipamentos compactadores na coleta e transporte dos resíduos dos Grupos A, B e E;

19.12. Os resíduos dos Grupos A, B e E deverão ser obrigatoriamente submetidos a processo de tratamento antes de sua disposição final;

19.13. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente, assumindo integralmente a responsabilidade por eventuais danos ambientais causados e providenciando as medidas corretivas cabíveis;

19.14. A CONTRATADA deverá proteger e preservar o meio ambiente, bem como buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância aos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanados das esferas federais, estaduais e municipais, implementando ainda esforços nesse sentido junto aos respectivos fornecedores;

19.15. A CONTRATADA deverá adotar ações de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

19.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e em perfeito estado de conservação aos seus colaboradores para a execução das atividades, garantindo conforto, segurança e proteção, em conformidade com as normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho e as condições climáticas locais, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

19.17. A CONTRATADA deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas, baterias, óleos lubrificantes, pneus e outros resíduos oriundos da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, Resolução CNJ nº 550/2024, e legislação correlata;

19.18. A CONTRATADA está vedada de ter em seu quadro de funcionários empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Deve ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e pessoas com deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

19.19. A CONTRATADA deverá zelar pelo cumprimento dos critérios e práticas orientadas pelo Plano de Logística Sustentável 2021/2026 (PLS do TJMA) e pelos parâmetros referenciais oferecidos pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, Setembro de 2023, da Advocacia Geral da União.

## **CLÁUSULA VINTE – DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.1. A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, incluindo a Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção) e seus regulamentos, e se compromete a cumpri-las fielmente. A Contratada deverá observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do PJMA (RESOL-GP-59/2021). A Administração exigirá da Contratada a demonstração de um programa de integridade compatível com a legislação vigente, se aplicável.

## **CLÁUSULA VINTE E UM – DA ANTICORRUPÇÃO E CONFORMIDADE**

21.1. As partes obrigam-se a manter o mais absoluto sigilo sobre quaisquer informações obtidas em razão da execução deste contrato, não podendo utilizá-las em proveito próprio nem divulgá-las a terceiros, sem prévia e expressa autorização da outra parte.

21.2. Não se enquadram na obrigação de sigilo:

I – informações que já eram de domínio público antes de sua revelação;

II – informações que se tornarem públicas sem violação deste contrato;

III – informações exigidas por autoridade governamental ou decisão judicial, hipótese em que a parte receptora deverá notificar previamente a outra parte.

21.3. As obrigações de confidencialidade subsistirão à rescisão, rescisão ou término do contrato, por qualquer motivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, alcançando as partes, seus representantes e sucessores.

## **CLÁUSULA VINTE E DOIS – ÉTICA E CONDUTA**

22.1. Todos os envolvidos na execução do contrato deverão observar as normas internas do CONTRATANTE, em especial o disposto no Código de Conduta Ética da Gestão de Contratações do TJMA (Portaria-TJ nº 127/2025).

22.2. A CONTRATADA compromete-se a respeitar e cumprir o Código de Ética Profissional aplicável à sua área de atuação, garantindo que a execução dos serviços seja realizada com transparência, integridade e respeito aos direitos de todos os envolvidos.

## **CLÁUSULA VINTE TRÊS – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

23.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

23.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

23.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

24.1. O contrato será extinto nas hipóteses previstas nos arts. 106, inciso III, e 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada no processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

24.2. Constituem motivos para a extinção contratual, entre outros, aqueles previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II – desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de executar o contrato;

IV – falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da contratada;

V – caso fortuito ou força maior, comprovados e impeditivos da execução;

VI – atraso ou impossibilidade de obtenção de licença ambiental, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar;

VII – atraso ou impossibilidade de liberação das áreas sujeitas a desapropriação, desocupação ou servidão administrativa;

VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Administração;

IX – descumprimento das obrigações legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes.

24.3. A CONTRATADA poderá requerer a extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive em caso de supressão além do limite legal, suspensão da execução por prazo superior a 3 (três) meses, atrasos reiterados da Administração ou não liberação da área necessária para a execução contratual.

24.4. A extinção poderá ocorrer, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021:

I – por ato unilateral e escrito da Administração, exceto quando o descumprimento decorrer de sua própria conduta;

II – de forma consensual, por acordo entre as partes, mediante termo formalizado nos autos do processo;

III – por decisão judicial ou arbitral, quando houver cláusula compromissória ou compromisso arbitral.

24.5. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a contratada será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados e terá direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos até a data da extinção e ao custeio da desmobilização, nos termos do art. 138, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

24.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções cabíveis:

I – a assunção imediata do objeto pela Administração, no estado em que se encontrar;

II – a ocupação e utilização de instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução, quando necessários à continuidade do objeto;

III – a execução da garantia contratual, para ressarcimento de prejuízos, pagamento de obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, multas aplicadas, ou assunção da execução pela seguradora, quando cabível;

IV – a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos e multas aplicadas.

### **CLÁUSULA VINTE E CINCO – DA ANTICORRUPÇÃO**

25.1. A CONTRATADA deverá cumprir as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal no 12.846/13 e seus regulamentos, e se compromete, por si, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (RES GP 59/2021).

### **CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO**

26.1. O presente contrato tem fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021.

26.2. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato e aos documentos que integram o Processo Administrativo nº 59082/2025 – TJ/MA, e que são partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Edital PE (SRP) 90.003/2026, o Termo de Referência, a Proposta de Preços da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA VINTE E SETE – DA PUBLICAÇÃO**

27.1 O **CONTRATANTE** providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021.

27.2 Este contrato após assinado e publicado no PNCP e estará disponível no Portal da Transparência do TJMA: [http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=menu\\_contratos](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=menu_contratos)

### **CLÁUSULA VINTE E OITO – DO FORO**

28.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ nº 67/2015.

Datado e assinado eletronicamente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Empresa

## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO PESSOA JURÍDICA**

Declaro, diante da exigência contida nos **artigos 1º, 2º, inciso VI, e 3º, da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005**, que esta empresa/entidade não possui em seu quadro societário qualquer sócio na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e assessoramento dessa Corte de Justiça.

**Art. 1º** *É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.*

**Art. 2º** *Constituem práticas de nepotismo, dentre outras: (...)*

**VI** - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

(...)

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

Declaro, ainda, que no caso de alteração da Situação societária que se enquadre na referida resolução, comprometo-me a comunicar tal fato a esse **TJMA** imediatamente.

**Local e data:** \_\_\_\_\_

**Nome da empresa:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**Nome e Assinatura do Representante Legal**

\_\_\_\_\_